

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

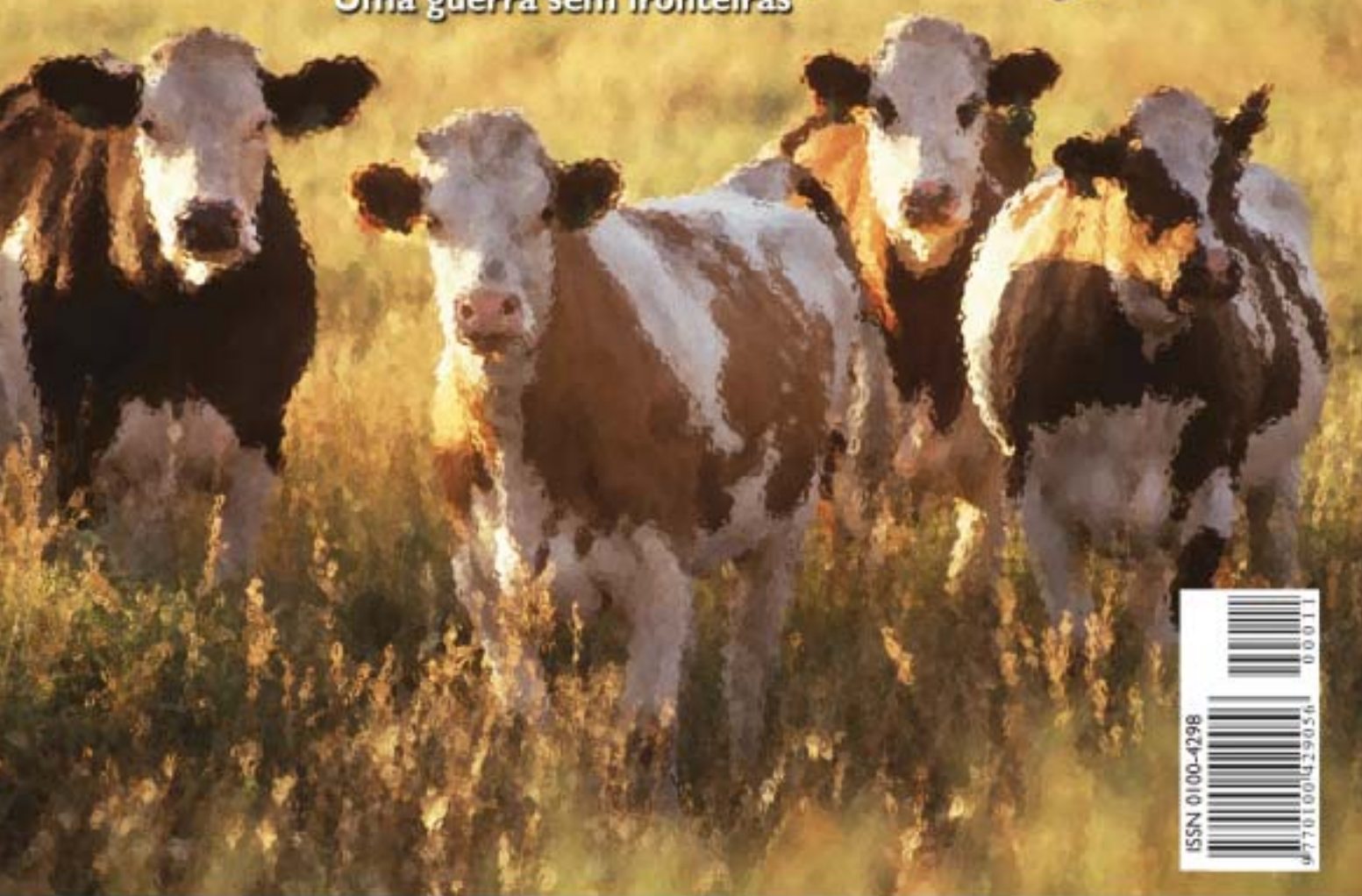
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS • VOL. 25 • Nº 11 • NOVEMBRO 2005 • R\$ 12,00



DEPOIS DA FEBRE AFTOSA

Brasil negocia reabertura dos mercados da carne bovina

ABRE ASPAS:
"Uma guerra sem fronteiras"



AGENDA

Novos marcos regulatórios
para o agronegócio

LARANJA

Os efeitos dos
furacões nos EUA

SAFRA

Previsão indica
colheita recorde de grãos

FORA
AFETOSA

**O BRASIL ESTÁ UNIDO PARA DEFENDER
SEU PATRIMÔNIO PECUÁRIO.**



Governos, produtores, integrantes da cadeia produtiva e toda sociedade estão unidos contra a febre aftosa. O resultado dessa união vai garantir os empregos e a renda de oito milhões de pessoas e também impedir prejuízos ao mercado interno e às nossas exportações que já chegaram a mais de US\$2,5 bilhões para 140 mercados. Mas a nossa vitória só virá com a vacinação dos rebanhos, a adoção de alguns cuidados importantes e o incentivo para que todos façam o mesmo. É assim que vamos livrar o Brasil da aftosa:

- Vacine corretamente seus animais (apenas bovinos e bubalinos). Siga corretamente o calendário oficial no seu estado, conserve a vacina adequadamente e aplique conforme as orientações do fabricante e do Serviço Veterinário Oficial.
- Adquira animais de procedência conhecida, exija a documentação de trânsito.
- Para comercializar ou movimentar animais, siga as normas e recomendações do Serviço Veterinário Oficial.
- Mantenha seu cadastro atualizado junto ao Serviço Estadual de Defesa Agropecuária.
- Notifique imediatamente ao Serviço Veterinário Oficial qualquer suspeita de febre aftosa em sua região.
- Ajude a criar Conselhos Municipais de Sanidade Animal.

**A FEBRE AFTOSA NÃO É UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA
NÃO AFETA A SAÚDE HUMANA.**

Para saber mais sobre o combate à aftosa, ligue 0800 61 1995 ou entre em contato com as Superintendências Federais de Agricultura e Órgãos Executores de Defesa Agropecuária no seu estado.



Acesse
www.agricultura.gov.br

Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento



Febre aftosa: uma guerra sem fronteiras

DA REDAÇÃO

Natural de Uberaba, o zootecnista João Gilberto Bento está de volta ao Triângulo Mineiro, depois de passar 15 anos em São Paulo, onde ajudou a construir uma das primeiras parcerias público-privadas do Brasil.

Ao unir pecuaristas, técnicos e o governo estadual na guerra contra a febre aftosa em São Paulo, o Fundep (Fundo de Desenvolvimento da Pecuária do Estado de São Paulo) se tornou uma espécie de modelo na área de defesa sanitária e se espalhou pelo País afora.

Para João Gilberto, que hoje comanda a área de marketing da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), a guerra contra a febre aftosa não é apenas técnica, mas, principalmente, diplomática.

"Vírus não fala espanhol, nem inglês, nem português. Não usa passaporte e pode chegar pelo ar, no pneu de um carro, na palha do caminhão. Você não consegue fazer um controle eficiente da doença se não houver a integração entre todos os países da América do Sul", diz o superintendente da ABCZ.

Agroanalysis - Quando o Brasil vai finalmente conseguir der-



Fotos L. Adolfo/Abcz

te, Sudeste, Centro-Oeste. Excluindo o circuito Norte, onde os problemas são esporádicos, e o Nordeste, onde a situação é pior, a doença está praticamente controlada no País. É verdade que há também um flanco representado pela grande faixa de fronteira com a Bolívia e o Paraguai. É uma área enorme, onde a relação comercial é intensa.

Agroanalysis - O trabalho realizado pelos pecuaristas e pela defesa sanitária é eficiente?

João Gilberto

rotar a febre aftosa?

João Gilberto Bento - O Brasil está vencendo a aftosa na maioria dos grandes circuitos pecuários - Sul, Les-

- O Brasil vem fazendo um trabalho extraordinário nesta área. Basta ver os números. Nos anos 70, tivemos cerca de 75 mil focos de febre aftosa. Na

década de 80, o número de focos caiu para 26 mil; para 7.500, nos anos 90, e de 2000 para cá, houve no máximo 50 focos.

Agroanalysis - Por que então um foco restrito como o que ocorreu recentemente em Mato Grosso do Sul causa tanto barulho?

João Gilberto - Por causa da liderança brasileira nas exportações de carne bovina e também porque a questão sanitária e a segurança dos alimentos se tornaram valores importantes para o consumidor. A sensibilidade do mundo hoje para as questões sanitárias é enorme. Há um grande medo no inconsciente coletivo de que venha a ocorrer uma epidemia como a da gripe espanhola, principalmente diante dos casos da gripe asiática. Já a febre aftosa acabou ganhando grande espaço na mídia por outros motivos. É que hoje existe uma consciência do brasileiro de que a aftosa é uma doença que traz prejuízos ao País, ao reduzir a receita com as exportações de carne bovina.

Agroanalysis - Houve exagero da mídia na cobertura do foco de aftosa em Mato Grosso do Sul?

João Gilberto - Nos anos 90, ocorreram 75 mil focos de febre aftosa no País e não me lembro de ter visto nenhuma notícia sobre a doença no Jornal Nacional. Houve uma supervalorização deste foco em Mato Grosso do Sul. Foi uma cobertura emocional. Quem tem conhecimento de epidemiologia sabe que o foco não foi tão importante. Do ponto de vista comercial, porém, a

coisa foi séria. O prejuízo deve chegar a US\$ 1,5 bilhão.

Agroanalysis - Como fazer para evitar a contaminação do gado nas áreas de fronteiras?

João Gilberto - Além de técnica, a guerra contra a febre aftosa tem um princípio diplomático. O vírus da aftosa não fala espanhol, nem inglês, nem português. Não usa passaporte e pode chegar pelo ar, no pneu de um carro, na palha do caminhão. Você não consegue fazer um controle eficiente se não houver integração entre os países vizinhos. E não estamos pensando somente em proteger o Brasil dos países vizinhos, mas também proteger nossos vizinhos do Brasil. O combate à aftosa deve ser hemisférico. Já existe um trabalho iniciado neste sentido, coordenado por Sebastião da Costa Guedes, do Conselho Nacional de Pecuária de Corte. Metade do prejuízo que este foco de aftosa vai causar ao País seria suficiente para se fazer uma grande ação hemisférica para controlar e erradicar a doença. O vírus que transita naquela área de fronteira pode estar alojado no Brasil ou no Paraguai.

Agroanalysis - As perdas decorrentes do

"Quem tem conhecimento de epidemiologia sabe que o foco não foi tão importante. Do ponto de vista comercial, porém, a situação foi séria. O prejuízo deve chegar a US\$ 1,5 bilhão"

embargo à carne brasileira estão sendo calculadas em US\$ 1,5 bilhão. Esse valor considera somente as exportações?

João Gilberto - Ele não inclui os prejuízos causados pela suspensão de leilões, trânsito de animais, as perdas diretas de Mato

Grosso do Sul, entre outros.

Agroanalysis - O mundo tem de quem comprar a carne bovina que está deixando de importar do Brasil?

João Gilberto - Aparentemente, não. As últimas informações de que dispomos mostram que os países fornecedores de carne bovina já estão operando no limite de sua capacidade. São rebanhos que não crescem horizontalmente. E a taxa de desfrute na Austrália, nos EUA, na Europa e no Canadá, na faixa de 30%, deve permanecer assim. A última grande fronteira da carne bovina é o Brasil e os seus vizinhos. Há também indícios de uma recuperação do consumo de carne bovina no mundo, que caiu depois da ocorrência do mal da vaca louca.

Agroanalysis - Como a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ) reagiu à volta da febre aftosa a Mato Grosso do Sul?

João Gilberto - A ABCZ no início ficou muito preocupada, mas manteve em todos os momentos uma posição bastante cautelosa. A entidade não supervalorizou o foco, por entender que ele estava concentrado

"A boa notícia é que o Fundeppec de São Paulo vai ser revitalizado. Vai para a Faesp e está sendo relançado com um novo formato. A parceria com o governo estadual será retomada"

naquela região de Alto Paraíso. A ABCZ confiou nas ações do governo federal. A entidade também está confiante de que os produtores estão vacinando os seus rebanhos. Os números mostram que o rebanho brasileiro tem um nível alto de imunidade. Se não tivesse, certamente o vírus se espalharia pelo País.

"A renovação do quadro profissional dos Estados na área de vigilância sanitária tem sido muito lenta. Há estados que não contratam novos veterinários há 15 anos"

que não foram vacinados. Ainda não temos esta informação, porque o Ministério ainda não a disponibilizou. Mas é importante que nós saibamos o que aconteceu, porque esta informação tem um sentido até didático. Precisamos saber a origem do problema.

Agroanalysis - Como o senhor avalia o papel do Ministério da Agricultura?

João Gilberto - O Mapa, desde os anos 60, delega às secretarias estaduais de agricultura o controle sanitário do rebanho. É uma medida acertada. De Brasília, você não consegue controlar o rebanho nacional. É melhor que cada região cuide do seu rebanho. Mas cabem ainda ao Mapa algumas ações fundamentais: repassar os recursos, auditar os serviços executados pelos Estados, manter os laboratórios de análise sorológica. E também cabe ao Ministério determinar a política de vigilância. É óbvio que o Ministério vem cumprindo o seu papel, mas ele poderia estar estimulando o investimento em informatização do serviço público. Mais ainda: o Mapa deveria pressionar os Estados para que eles promovam uma renovação do seu quadro técnico. O Mapa é uma espécie de guardião da defesa sanitária. A renovação do quadro profissional dos Estados na área de vigilância sanitária tem sido muito lenta. Há estados que não contratam novos veterinários há 15 anos. A faixa etária do quadro de veterinários nestes Estados já está acima dos 50 anos. É fundamental passar a experiência dos que estão saindo para os que ingressam no serviço público. Esta transferência de experiência é muito importante. Assim como é fundamental o ingresso de gente nova nesta área. Eles trazem as novas linguagens, como a informática. Um veterinário jovem não trabalha mais com ficha de papel. Ele dá um jeito de arrumar um computador velho, faz um *upgrade*, mas não trabalha com papel. ■

Agroanalysis - O senhor trabalhou durante 15 anos no Fundepec, entidade criada em 1991 para combater a aftosa em parceria com a Secretaria da Agricultura de São Paulo. Essa espécie de parceria público-privada se proliferou País afora e serviu de modelo para o controle da doença em outros Estados. Os Fundepecs continuam funcionando?

João Gilberto - Na maioria dos Estados, as parcerias estão funcionando muito bem, exceto em São Paulo, onde o convênio entre a Secretaria da Agricultura e o setor privado foi rompido em 2000. Mas a boa notícia é que o Fundepec em São Paulo, que serviu de modelo para todo o País no combate à aftosa, vai ser revitalizado. O

Fundepec de São Paulo vai ganhar novas instalações na Faesp e está sendo relançado com um novo formato. Até a parceria com o governo estadual será retomada, embora o Fundepec vá continuar como um órgão independente. Os Fundepecs em todo o Brasil estão adotando uma linha diferente, mas continuam eficientes, como os do Pará, Paraná, Goiás, Mato Grosso. Todos eles estão bem estruturados.

Agroanalysis - O que aconteceu em Mato Grosso do Sul? Foi falha da vigilância sanitária ou do produtor?

João Gilberto - Naturalmente, houve um descuido. O foco não acontece espontaneamente. Ou os animais não foram vacinados ou a vacina não foi bem conservada, ou vieram de fora animais

Desatar os nós do setor

Agroanalysis faz uma reflexão estratégica a respeito do crescimento e do desenvolvimento do agronegócio brasileiro; um olhar em médio e longo prazo. O denominador comum entre esses diferentes trabalhos, de natureza e conteúdo díspares, converge no sentido de introduzir mudanças e propor soluções. Nada mais positivo do que isso. Uma atitude de quem acredita e aposta no futuro do setor.

Um dos eixos para a formulação do tema é a questão complicada da ocupação da Amazônia. Se existem diferentes pontos de vista quanto ao modelo da ação a ser empreendida, parece certo que algumas propostas devem merecer melhor atenção pelos tomadores de decisão. O processo de desmatamento da região é um dos temas de maior exposição do País no cenário internacional.

A OCDE acaba de finalizar um estudo detalhado a respeito das políticas agrícolas. Os resultados são relevantes e devem subsidiar os passos futuros das delegações brasileiras nos fóruns internacionais, tais como a OMC, a ALCA e o Mercosul. Além de ser um dos países que menos apóia a agricultura, o Brasil seria extremamente beneficiado se as nações desenvolvidas deixassem de praticar os subsídios rurais.

Nesse sentido, pelo segundo ano consecutivo, os Estados Unidos produzem uma generosa supersafra. Seus celeiros transbordam de milho e de soja. Os críticos dos subsídios sugerem a utilização das montanhas para praticar esqui. Para sustentar a renda do campo, os

cofres do tesouro norte-americano terão de liberar cifras recordes. Mesmo assim, os custos de produção estão pressionados pelo aumento do gás, e gargalos aparecem no sistema de transporte da colheita por causa dos furacões.

Por aqui, o plantio da safra de verão 2005/06 está em sua fase final. A área de milho deverá expandir e ocupar o espaço antes destinado à soja. A primeira estimativa da CONAB projeta redução da área e aumento na produção. Uma perspectiva de que as preocupações com relação à próxima safra têm justificável motivo. A crise de renda e liquidez poderá até agravar se os preços não se recuperarem, fato bem improvável diante da preservação da política cambial corrente.

Na pecuária, as atenções estão todas voltadas à febre aftosa. Todo um trabalho articulado começa a ser desenvolvido por parte do governo, pecuaristas e frigoríficos para mostrar credibilidade e transparência externa, com o objetivo de retomar as exportações de carne bovina. A agilidade na divulgação dos resultados, principalmente no tocante aos focos suspeitos no Estado do Paraná, deixa muito a desejar.

Vale destacar o encarte especial sobre o CNPQ e o Fundo Setorial de Agronegócio. O trabalho leva ao conhecimento da sociedade as prioridades delineadas para a pesquisa e informa o desenvolvimento inédito de metodologias de avaliação e acompanhamento dos projetos. Sem dúvida alguma, uma demonstração exemplar de zelo na aplicação das verbas públicas. ■



Publicação mensal de agribusiness e economia agrícola da Fundação Getúlio Vargas (Escola de Economia de São Paulo - EESP, Instituto Brasileiro de Economia - IBRE e Escola de Administração de Empresas de São Paulo - EAESP).

DIRETOR DA EESP/FGV: Yoshiaki Nakano

DIRETOR DO IBRE/FGV: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

DIRETOR DA EAESP/FGV: Fernando S. Meirelles

CONSELHO EDITORIAL: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Fernando S. Meirelles, Ivan Wedekin, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Ricardo Conceição e Yoshiaki Nakano

EDITOR CHEFE: Antônio Carlos Kfourir Aidar

EDITOR EXECUTIVO: Luiz Antonio Pinazza

FUNDADORES: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

REDAÇÃO

REDATOR: Bruno Blecher

ARTE: Paulo Victor de Mello e Luciana Carranca (casadarte@terra.com.br)

REVISÃO: Solange Aparecida Visconte

SECRETARIA E APOIO ADMINISTRATIVO: Evandro Jacóia Faulin, Ivani Fernandes Oliveira e Thiago Paes Brussi.

PUBLICIDADE - Representante comercial: Gilberto Gomes de Alencar, tel.: (11) 3287-4529 e celular (11) 9182-8395, e-mail: gilberto.alencar@terra.com.br. Contato comercial: Evandro Jacóia Faulin e Thiago Paes Brussi, tel.: (11) 3281-3220, fax: (11) 3262-3708 e 3281-7891, e-mail: efaulin@fgvsp.br.

CIRCULAÇÃO/ASSINATURAS - Evandro Jacóia Faulin, Ivani Fernandes Oliveira e Thiago Paes Brussi. Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-3220 - fax: 11 3262-3708, e-mail: agroanalysis@fgvsp.br

PONTO DE VENDA: São Paulo: Av. Paulista, 548, 8º andar - tel.: (11) 3281-3220; e fax: 3281-7891.



Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, que tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

SEDE: Praia de Botafogo, 190 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970 - Tel.: (21) 2559-6000.

PRIMEIRO PRESIDENTE E FUNDADOR: Luiz Simões Lopes

PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal

VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

CONSELHO DIRETOR

PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal

VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

VOGAIS: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvão, José Luiz Miranda, Manoel Pio Corrêa Jr., Márcilio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade, Sérgio Franklin Quintella

SUPLENTE: Alfredo Américo de Souza Rangel, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Vianna, Félix de Bulhões, Jacob Palis Jr., José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Nestor Jost

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE: Carlos Alberto Lenz César Protásio

VICE-PRESIDENTE: Pedro José da Matta Machado (Klabin Irmãos & Cia.)

VOGAIS: Alexandre Koch Torres de Assis, Carlos Alberto Vieira (Federação Brasileira de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Domingos Bulus (White Martin Gases Indústrias Ltda), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Eraldo Tinoco Melo (Estado da Bahia), Heitor Chagas de Oliveira, Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Luiz Apolônio Neto (Instituto de Resseguros do Brasil-IRB), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Luiz Eduardo Alves de Assis (Banco CCF Brasil S.A.), Luiz Tavares Pereira Filho (Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Mauro Salles (Publicis Salles Norton), Nicandro Duarte (Souza Cruz SA), Raul Calfat (Votorantin Participações SA), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang.

SUPLENTE: Gilberto Duarte Prado, João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcelo José Basílio de Souza Marino (Brascan Brasil Ltda), Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Paulo Mário Freire (Universal Comércio e Empreendimentos Ltda), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Titta Botelho Martins (Caemi Mineração e Metalurgia SA), Unibanco (União de Bancos Brasileiros SA).

CONSELHO CONSULTIVO

Cesar Cunha Campos, Daniel Dantas, Eliezer Baptista, Estado de Minas Gerais, Fernando Perrone, Luiz Fernando da Silva Pinto, Roberto Gusmão



4

ABRE ASPAS
Febre aftosa, uma guerra sem fronteiras
João Gilberto Bento,
Superintendente de
Marketing da ABCZ

7

O AGRONEGÓCIO
É O SEGUINTE
Desatar os
nós do setor

12

MACROECONOMIA
Dúvidas no horizonte
Rogério Mori

18

POLÍTICA
AGRÍCOLA
Como a OCDE vê a
agricultura brasileira



20

CANA-DE-AÇÚCAR
Decisão da OMC
 aumenta a
exportação brasileira



13

AGENDA
Agência e marco regulatório
para o agronegócio

SAFRA 2005/2006
Previsão indica colheita recorde

Exportação do agronegócio
segue em alta

EUA: profusão de subsídios e pilhas de
grãos



21

PECUÁRIA

Recuperar mercados da carne bovina

Lições da crise da aftosa

João Hilário da Silva Jr.



31

LEITE

Longa vida cresce 30% ao ano em São Paulo

Mario Antonio Margarido

Vagner Azarias Martins



32

Qualidade melhora na indústria

Sandra Mara De Alencar Schiavi

Ferenc Istvan Bánkuti

José Carlos De Toledo



35

CITRICULTURA

Depois dos furacões

Evaristo Marzabal Neves



36

MEIO AMBIENTE

Uma alternativa para a exploração da Amazônia

Luiz Manuel Martins de Freitas



Propostas para mitigar o desmatamento

John N. Landers

40
ALIMENTOS
Qualiagro: processo de certificação
Roberta M. Züge

41
GESTÃO
Conformidade do agronegócio no Brasil
Graça Maria Simões Luz e
Sonia Maria Marques de Oliveira

43
SEGURANÇA DO ALIMENTO
Impactos das regras internacionais

Sylvia Saes
Marcos Fava Neves
Fulvia Hessel Escudeiro



45
ALIMENTOS
Quem é o consumidor de light/diet no Brasil
Thelma Lucchese,
Mario Otavio Batalha
e Jean Louis Lambert

39
BIOTECNOLOGIA
Falta regulamentar a lei

48
MERCADO FUTURO
Os efeitos da febre aftosa
Félix Schouchana e Fabiana S. Perobelli

50
LEGISLAÇÃO
Seguro ambiental obrigatório
Luiz Augusto Germani



ESPECIAL

CT - AGRONEGÓCIO

Inovação, competitividade e qualidade nas cadeias produtivas



AZEITE DO PARÁ

Um novo produto da Amazônia foi testado e aprovado pelos *chef* de cozinha de São Paulo. O azeite extraído da castanha-do-pará, que apresenta elevado teor de proteína, bom teor de fibras, alto índice de ácidos graxos de origem vegetal (ômega) e uma ótima concentração de minerais essenciais, como o selênio. "O processo de produção é totalmente natural e mecânico, sem nenhum ingrediente químico. Segundo os especialistas, comer ao menos uma castanha por dia ou utilizar seu refinado óleo na culinária, em saladas ou como tempero para os mais diversos alimentos, é um importante hábito de saúde", explica Luis Fernando Laranja, diretor de Qualidade da empresa Ouro Verde, que produz o azeite.

TOURO DE 1 MILHÃO DE DOSES

Alta Marshall, reprodutor da raça holandesa, atingiu a marca de 1 milhão de doses de sêmen, segundo informou a Alta Genetics de Watertown, no Canadá. Marshall, além de ter excepcional forma física, produz sêmen de excelente qualidade. E o melhor: é considerado um excepcional produtor de fêmeas, o que para a raça holandesa é primordial.

NATAL GORDO

A Sadia projeta um crescimento real de 10% nas vendas deste Natal em relação a 2004. O carro-chefe do fim de ano é o Fiesta, um frango bem dotado de coxas e peito. Além do super frango e do tradicional peru, a Sadia apresentará quatro novos produtos, incluindo o Tender de Fiesta.

NOVIDADES ORGÂNICAS

Uma das novidades da BioFach América Latina, realizada em novembro, foi a tilápia orgânica, produzida pela Oitavo Mar, empresa do Paraná. Alimentados com ração produzida com soja, milho e sorgo orgânicos, os peixes não recebem qualquer tipo de hormônio. A feira mostrou também que o mercado orgânico e natural não se resume a alimentos. Uma categoria que vem apresentando forte crescimento é a de cosméticos. Empresas da área, como a Weleda, Ayruvida, Cassiopéia e Florestas, estiveram presentes na BioFach.



AGROCERES: 60 ANOS

Uma das marcas mais famosas do meio rural, a Agrocere, está completando 60 anos. A empresa participa de vários segmentos do agronegócio: genética de frangos e de suínos, nutrição animal, isca formicida, sementes de milho e sorgo e produção de palmito. Gera mais de 1.500 empregos diretos e possui unidades espalhadas pelo País e no exterior também. Fundada em 1945, a Agrocere foi a primeira empresa a desenvolver o milho híbrido no País. Seus fundadores foram Antonio Secundino e Gladstone de Almeida, pesquisadores da Escola Superior de Agricultura de Viçosa (MG). Hoje, a empresa é comandada por Urbano Campos Ribeiro (foto).



Sul maravilha

Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná devem produzir juntos 42% de toda a safra 2006, segundo projeção do IBGE. No ranking das regiões, o Centro-Oeste aparece em segundo lugar (33%), seguido do Sudeste (14%), Nordeste (8%) e Norte (3%). Os dados são da primeira prévia sobre a safra agrícola brasileira, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O levantamento, divulgado no início deste mês, mostra que a safra deve crescer 12,2% em relação a anterior.

ASSINE
AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

e participe da publicação
que melhor acompanha
o agronegócio

0800 770 88 81

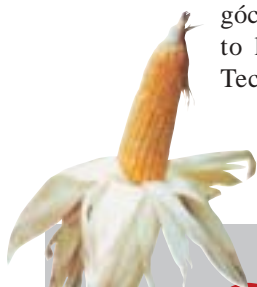
NO LUCRO

A Perdigão comemora o lucro do terceiro trimestre de 2005 (R\$ 96,6 milhões), valor 140% superior ao obtido no mesmo período de 2004. Houve crescimento significativo dos volumes de vendas nos mercados externo e interno, que demonstraram avanços de 16,2% e 10,8%, respectivamente. "O bom desempenho alcançado com os volumes comercializados nos mercados externo e interno equilibrou o resultado mesmo diante da forte apreciação do real frente ao dólar", explicou Wang Wei Chang, vice-presidente de Finanças, Administração e Relações com Investidores.

INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA

Diagnosticar e avaliar as questões críticas para o desenvolvimento do agronegócio da região Centro-Oeste, ampliando a interatividade das várias instituições do segmento na região: estes foram os objetivos centrais do 4º Workshop Regional da Rede de Inovação e Prospecção Tecnológica para o Agronegócio (RIPA), realizado de 6 a 9 de novembro, em Campo Grande. O encontro reuniu 116 instituições, entre governo, universidades, institutos de pesquisa, associações do setor produtivo e entidades do terceiro setor. A coordenação foi do chefe-geral da Embrapa Gado de Corte, Rafael de Oliveira Alves.

Os resultados desse trabalho deverão nortear a aplicação de recursos por meio do Fundo Setorial do Agronegócio (CT-Agro), órgão de financiamento ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, compromisso já assumido oficialmente pelo ministro Sérgio Rezende e pelo presidente do CT-Agro, Rodrigo Rollemberg.



MILHO

29,3

milhões de toneladas é o quanto os EUA
estimam exportar na safra 2005/06.
O número representa uma queda de

1 milhão

de toneladas em relação ao total exportado
na última safra.

Fonte: USDA

BRASIL AGRÍCOLA

"A Política Agrícola Brasileira no Contexto Internacional" foi o tema do encontro promovido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no final de outubro, em São Paulo. No seminário, foram lançados dois documentos: "Análises das Políticas Agrícolas do Brasil", estudo produzido pela OCDE sobre a política agrícola brasileira, e a edição especial, bilíngüe, da Revista de Política Agrícola, editada pela Secretaria de Política Agrícola do Mapa (LEIA MAIS nas pág. 18 e 19).



ERRAMOS

Na edição de novembro de 2005, nº 10, vol. 25,
o artigo "Pequeno, Médio ou grande
latifundiário", da seção Legislação, pág. 49,
saiu sem crédito. Ele é de autoria de Luciana Saraiva
Petty, da Felsberg e Associados.

DE VOLTA AO MERCADO

Os embargos à carne bovina brasileira não
devem durar mais que seis meses. Os focos de
aftosa estão controlados e todas as normas in-
ternacionais exigidas foram cumpridas

*Antenor Nogueira, presidente do Fórum Nacional Permanente de
Pecuária de Corte da Confederação da Agricultura e Pecuária do
Brasil (CNA), em 16/11/2005*

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br

Dúvidas no horizonte

ROGÉRIO MORI *

A evolução recente das principais variáveis econômicas gera preocupações quanto aos desdobramentos futuros da política econômica, em particular, das decisões acerca da taxa de juros em 2006.

Os indicadores de inflação divulgados recentemente apontam uma clara aceleração dos preços em relação ao comportamento verificado nos meses entre maio e setembro deste ano. De fato, o comportamento do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que registrou variações muito próximas a zero ou até deflação em alguns momentos, passou de 0,35% em setembro para 0,75% em outubro, uma variação acima do topo das expectativas dos analistas do mercado financeiro, que eram de 0,60%.

Dois fatores contribuíram para essa

ciado, em grande medida, ao comportamento da taxa de câmbio, cuja cotação média caiu cerca de 21% entre outubro de 2004 e outubro de 2005, com influência na trajetória dos preços dos produtos comercializáveis com o exterior. Esse efeito tende a ser mais imediato e intenso em setores mais competitivos, como o agrícola. À medida que a cotação da moeda norte-americana mostrou estabilidade em torno de R\$2,20 nos últimos meses, esse efeito começou a se extinguir. Em outras palavras, os benefícios da apreciação do real frente ao dólar em termos de inflação parecem estar se encerrando, e o quadro de inflação de curto prazo começou a mostrar uma reversão.

Esse fato, no entanto, não deverá reverter o movimento de redução da taxa

de juros por parte do Banco Central, em curto prazo. Apenas se os próximos números de inflação continuarem a mostrar resultados acima do esperado (em torno de 0,50% nos próximos meses, no caso dos preços ao

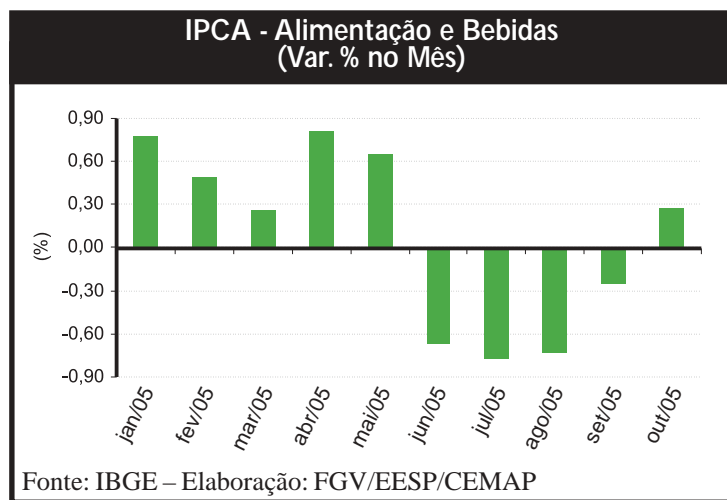
uma volta da inflação, sinalizando para um patamar bem acima da meta de 4,5% para o IPCA em 2006, conjugado a um quadro de desaceleração da economia.

No que tange ao quadro da atividade econômica, os números recentes não são muito animadores: segundo o IBGE, a produção industrial brasileira sazonalmente ajustada caiu 2,0% em setembro relativamente ao mês anterior.

Essa não é uma queda isolada e, na verdade, já configura um quadro de desaceleração do ritmo da atividade industrial no País: comparando-se com o pico da produção observado em junho, a queda já é de 3,2%. A desagregação do indicador também revela contornos interessantes: o setor da indústria, por categoria de uso, com maior queda, foi o de bens duráveis (-8,9%). É exatamente o mesmo setor responsável pelo crescimento da indústria até recentemente do lado das exportações e das vendas domésticas, também influenciadas pela expansão do crédito por boa parte de 2005. Por sua vez, a taxa brasileira de desemprego, com queda nos meses recentes, deverá ficar temporariamente abaixo do patamar de 9% e apenas por conta do aquecimento sazonal de fim de ano.

Dentro dessas considerações, a grande dúvida remete ao comportamento da taxa de câmbio daqui para frente. A despeito dos sinais de enfraquecimento das exportações na margem, o saldo da balança comercial e a elevada taxa de juros doméstica em um ambiente de liquidez internacional reforçam o quadro de apreciação do real frente ao dólar. Nesse contexto, a cotação da moeda norte-americana segue em queda, rompendo limites que, até poucos meses atrás, não se imaginava que era possível ultrapassá-los. ■

* Professor e coordenador do GV-Macro da FGV/EESP



reversão: de um lado, o efeito da alta de 10% nos preços dos combustíveis nas refinarias desde 10 de setembro, e, do outro lado, o comportamento dos preços dos alimentos, que registrou alta de 0,27% no mês.

Também o Índice de Preços no Atacado (IPA-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, que havia registrado deflação entre abril e setembro, variou positivamente em 0,80% em outubro.

Na verdade, esse resultado está asso-

consumidor), é de se esperar que o otimismo, ora a permear as análises econômicas, em termos de redução da taxa de juros, cesse e o Banco Central se veja obrigado a manter a taxa inalterada por alguns meses em 2006.

Esse pode não ser o melhor quadro a ser vislumbrado mais adiante, caso o enfraquecimento da atividade econômica, sinalizado por alguns dos principais indicadores, se confirme. De fato, o pior cenário para o Banco Central seria de

Agência e marco regulatório para o agronegócio

O relatório sobre as perspectivas agrícolas mundiais para o período de 2005 a 2014, realizado conjuntamente e pela primeira vez entre a OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (com sede em Paris) e pela FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (sediada em Roma), traz informações relevantes para o agribusiness. O trabalho destaca o aumento da produtividade como elemento de um novo ciclo de queda dos preços reais da maior parte dos produtos agrícolas.

Com uma fonte potencial e formidável de oportunidades para serem aproveitadas no mercado internacional, o cenário desenhado é extremamente favorável para o Brasil. É, portanto, uma boa hora para fazer algumas reflexões de como o País deve se preparar do ponto de vista estratégico para ocupar esse espaço na economia global.

A agricultura é uma atividade à mercê de movimentos cíclicos por uma série de fatores conjunturais (produção, demanda, clima, doença, preço etc.) e estruturais (gestão, tecnologia, política econômica e agrícola etc.). Nesse sentido, cabe olhar o crescimento e o desenvolvimento do setor de forma menos traumática, em médio e longo prazo. Avançar de um jeito mais administrável.

Desde 1998, embalado por um conjunto de eventos favoráveis e sucessivos, o agronegócio cresceu muito, principalmente em sua orientação para o mercado externo. Um caminho sem reversibilidade. Os investimentos expandiram a área plantada em quase um terço, enquanto as exportações praticamente dobraram. São resultados exultantes.

Veio 2005, e a crise se instalou em

especial no segmento nacional de grãos. De certo modo, esse contexto já era previsível, diante do grau de endividamento da produção, da ausência de seguro rural e da falta de recursos para garantir renda e liquidez para a comercialização. As taxas de juros e do câmbio também são algozes do processo. Há ainda os subsídios dos países desenvolvidos e o enfraquecimento dos preços internacionais das *commodities* agrícolas.

Nesse contexto, como é natural, vem a pressão das lideranças do campo na esfera política, seja no âmbito do MAPA como no do Congresso Nacional. E, assim, com muito nervosismo e tensão, o plantio da safra 2005/06 prossegue no presente momento. Um ambiente de muitas dúvidas e poucas certezas.

OS ATORES

Como derivação das projeções da FAO e OCDE, é oportuno indagar como o Brasil alcançará o patamar superior a 200 milhões de toneladas de grãos e de 30 milhões de carnes já na próxima década, e buscar respostas sobre como isso sucederá, quem serão os atores e como estarão organizadas as cadeias produtivas.

No agronegócio brasileiro, existem cadeias produtivas articuladas em entidades de significativa representação. É o caso da UNICA - União da Agroindústria Açucareira de São Paulo, com múltiplas ações institucionais na defesa dos interesses da área sucroalcooleira. A entidade possui o sistema Consecana para definir preços da matéria-prima e realiza, por conta própria, uma série de atividades. É outro modelo em relação ao Instituto do Açúcar e do Alcool, orga-

nismo estatal que administrava preços, quotas de produção e exportação, dentre outras funções. Uma estrutura e organização desse tipo já caberiam para as cadeias que representam mais de 50% das exportações do agronegócio, como laranja, café, carnes e couros, madeira etc.

Se os passos se derem nesse sentido, o ônus sobre o governo diminuirá significativamente. As soluções para um conjunto das pendências crescentes viriam dos próprios agentes da cadeia produtiva. A engenharia está na configuração de moldes institucionais, com normas e mecanismos para gerar e administrar recursos com fins específicos, em prol do funcionamento das cadeias produtivas.

Com relação às barreiras não tarifárias, grande parte do trabalho a ser feito na área de sanidade e certificação ganharia eficácia. A participação das despesas em defesa animal e vegetal no faturamento das exportações é pequena, frente à sua importância no desempenho econômico do setor. É uma questão de equacionamento.

AS NEGOCIAÇÕES

As batalhas judiciais na Organização Mundial de Comércio são dispendiosas e longas. O Brasil parece se sair bem no embate do açúcar com a UE, mas uma nuvem cinzenta cerca de incertezas. O caso do algodão com os EUA. Na cadeia da soja, o País ainda não definiu se entra com contencioso ou não. São aspectos delicados de um processo em que recursos privados terão de ser alocados.

Nas áreas de pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como de promoção e marketing dos produtos, para o mercados interno e externo, a conjugação dos papéis dos agentes governamentais e privados, junto com a ótica da cadeia produtiva, se tornam indispensáveis.

Existem pelo menos dois exemplos emblemáticos de gestão moderna, por meio de agências reguladoras. A primeira vem de 1993, por conta da Lei de Modernização dos Portos, e o segundo, com a Lei de Privatização da Rede Ferroviária Federal. Em ambos os casos, depois de um começo claudicante, os resultados começaram a aparecer, com os benefícios oferecidos pelos investimentos e um novo enfoque de gestão.

É crucial uma revisão na Lei Agrícola, de 1991, forjada com a visão estanque e setorial da agricultura, sem contemplar a visão da cadeia produtiva. Naquela época, a exposição externa do agribusiness nacional, em termos de exportação, não era expressiva.

Hoje, as Câmaras Setoriais montadas pelo MAPA constituem uma trilha lúcida e inteligente para atuar no agronegócio. É um modelo de funcionamento diferente do previsto para o Conselho Nacional de Política Agrícola, como reza a legislação corrente.

Insistir em colocar sobre os ombros do MAPA toda a carga da demanda represada nas cadeias produtivas do agronegócio não é o método recomendável para o futuro. Também não se trata de reconstituir autarquias similares às do IAA, IBC e CEPLAC, dentre outras.

Deixar o processo correr na inércia significa duras perdas, principalmente para o elo considerado o mais fraco da cadeia, o da produção, um tomador de preço de seus fornecedores e clientes. O desafio consiste em definir uma metodologia para dar uma garantia mínima de crescimento sustentável para o setor, em termos de preservar sua relação de troca do ponto de vista econômico e financeiro.

A realidade é diversificada entre as cadeias produtivas do agronegócio. Até mesmo o setor sucroalcooleiro padece de problemas face aos elevados custos das políticas para solucioná-los. São os casos da comercialização para a formação de estoques reguladores, bem como das negociações internacionais (especula-se gastos da ordem de US\$5 milhões no contencioso contra a UE).

O estoque das dívidas acumula-

das da Securitização e do PESA, somado à inadimplência da safra 2004/05, são sintomas do esgotamento das políticas convencionais de crédito subsidiado ou de custo compensatório, bem como a de garantia de preços mínimos. A busca por outras fórmulas, como os novos mecanismos de financiamento, faz sentido. Em curto prazo, o custo e a falta de cultura com a inovação são obstáculos para essas operações deslancharem.

Com os pés no chão, o ajustamento de renda e liquidez da agricultura, em especial de grãos, somente estará mais completo a partir da safra 2007/08. Um avanço na liberação dos subsídios pelos países desenvolvidos influenciará a duração do quadro atual e a retomada do ciclo de crescimento. Em que pese às dificuldades, o País está a beira de uma colheita recorde na safra 2005/06. As dificuldades na comercialização poderão recrudescer.

INICIATIVA PRIVADA

As discussões dos marcos regulatórios para o agronegócio devem refletir um papel moderno da iniciativa privada que permeia as cadeias produtivas, em conjunto com o governo, incluindo entre outras:

- Pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos e serviços;
- Defesa sanitária animal e vegetal;
- Negociação internacional;
- Cumprimento de normas de produção, meio ambiente e responsabilidade social;
- Promoção e marketing para acesso a mercados;
- Alternativa de fonte e gestão de recursos;
- Multifuncionalidade da agricultura nos aspectos econômico, social, ambiental e de segurança alimentar
- Dirimir conflitos da cadeia com o apoio das câmaras de arbitragens.

Enfim, o clamor do momento é uma das raras oportunidades para trazer à luz da sociedade uma proposta para ser debatida entre os atores da esfera governamental e privada, que convivem dia a dia no mundo do agronegócio. Maximizar o processo de racionalidade e abstrair a ideologia. ■

Previsão ind

A produção brasileira de grãos da safra 2005/2006 deve ficar entre 121,5 e 124,9 milhões de toneladas, segundo o primeiro levantamento da intenção de plantio realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A área plantada ficará entre 46,1 a 47,2 milhões de hectares, o que representa uma redução de 5,7% a 3,4%, em comparação com os 48,8 milhões plantados na safra anterior.

A safra atual pode ter um crescimento de 8 a 11,3 milhões/t em relação à anterior, que foi de 113,5 milhões de toneladas, um aumento que varia entre 7% e 10%. A previsão do bom desempenho desta safra se deve, de acordo com a pesquisa, ao aumento da área plantada do milho e da recuperação da produtividade da soja. A safra anterior foram prejudicadas pela estiagem, especialmente nos estados do Sul do país.

Os números divulgados foram apurados por 59 técnicos da Conab, que foram a campo no período de 17 a 21 de outubro, nos estados do centro-sul, na Bahia, Tocantins e sul do Maranhão e do Piauí. Eles entrevistaram cerca de 2,4 mil produtores, cooperativas e órgãos públicos e privados.



MILHO – A área plantada do milho primeira safra deverá ter um crescimento de 3,8% a 6% em relação à safra 2004/2005. Já a produção deve ser de 31,7 milhões/t e 32,6 milhões/t, um número maior que os 27,3 milhões/t da safra passada, o que equivale a uma variação entre 16,3% e 19,4%.



FEIJÃO – O grão 1ª safra também teve um aumento da área plantada estimulado pelo preço de mercado e deve ficar entre 5,2% e 6,7% maior que a safra anterior. A produção vai variar entre 1,19 milhões/t e 1,22 milhões/t, um aumento entre 8,3% e 11%.



ARROZ – Deve sofrer uma queda na área plantada de 15% a 11,7% devido aos baixos preços no mercado ocorridos na safra 2004/2005. Isto refletirá na produção que terá uma queda entre 12,6% e 9,4%. Mato Grosso é o estado onde deverá

Algodão: colheita recorde

haver maior redução, variando entre 52,4% a 41,8%.



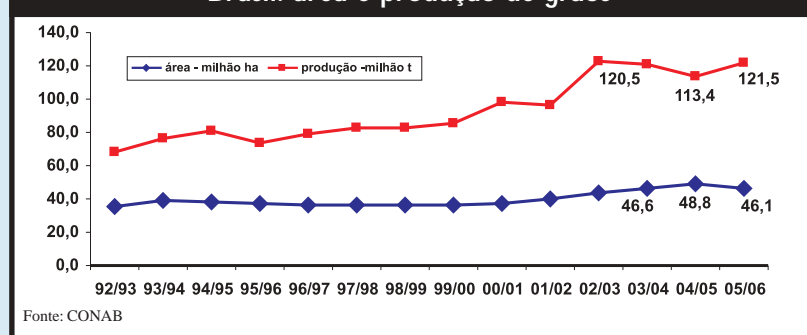
ALGODÃO – Com uma diminuição da área plantada entre 34,9% e 28,6%, deixarão de ser cultivados entre 411,6 e 336,9 mil hectares dessa fibra. A redução se deve aos baixos preços do produto no mercado. O tipo pluma, por exemplo, deve sofrer uma queda entre 390,6 mil/t e 294,6 mil/

t, o que equivale a 30,1% e 22,7%.



SOJA – Também comparada à última safra, a área plantada da soja deve cair entre 7,8% a 4,8% na área plantada, deixando de ser cultivados entre 1,8 milhão e 1,1 milhão de hectares. O desestímulo à cultura é atribuído às baixas cotações do produto nos mercados internos e externos, aliado à desvalorização cambial.

Brasil: área e produção de grãos



Primeira estimativa de área plantada (mil hectares)

Produto	2004/05	2005/06		Variação			
		(b) Lim. inf	(c) Lim. sup	Percentual		Absoluta	
				(c/a)	(b/a)	(b-a)	(c-a)
Algodão	1.179,4	767,8	842,5	34,9	28,6	411,6	-336,9
Arroz	3.916,3	3.300,7	3.456,6	15	11,7	584,6	459,7
Feijão 1ª safra	1.159,9	1.220,5	1.237,1	5,2	6,7	60,6	77,2
Milho 1ª sfra	9.108,6	9.358,5	9.562,5	3,8	6,0	339,9	543,9
Soja	23.301,1	21.480,3	22.177,8	7,8	4,8	1.820,8	1.123
Trigo	2.756,3	2.359,0	2.359,0	14,4	14,4	397,3	397,3
Demais produtos	7.546,5	7.566,7	7.578,7	0,3	0,4	20,2	32,2
Brasil	48.878,1	46.083,5	47.214,2	5,7	3,4	2.794,6	1.663,9

Primeira estimativa de produção (mil toneladas)

Produto	2004/05	2005/06		Variação			
		(b) Lim. inf	(c) Lim. sup	Percentual		Absoluta	
				(c/a)	(b/a)	(b-a)	(c-a)
Algodão	2.128,9	1.451,5	1.605,1	31,8	24,6	677,4	523,8
Arroz	13.227,3	11.566,9	11.981,3	12,6	9,4	1.660,4	1246,0
Feijão 1ª safra	1.101,2	1.192,9	1.222,6	8,3	11	91,7	121,4
Milho 1ª sfra	27.272,4	31.713,2	32.553,1	16,3	19,4	4.440,8	5280,7
Soja	51.090,1	56.694,8	58.569,8	11	14,6	5.604,7	7479,7
Trigo	5.845,9	4.885,3	4.885,3	-16,4	-16,4	960,6	960,6
Demais produtos	12.833,3	14.027,5	14.037,5	9,3	9,4	1.194,2	1204,2
Brasil	113.499,1	121.532,1	124.854,7	7,1	10	8.033,0	11355,6

Mudança de modelo aqui e lá fora

A agricultura brasileira não conta mais com os fartos créditos concedidos nas décadas de 60 e 70, quando o volume de recursos oficiais chegou a atingir o pico de 85% do PIB da agropecuária. Na época, boa parte do crédito era concedida com recursos públicos. Hoje, o governo direciona recursos privados ao financiamento da agropecuária, como é o caso das exigibilidades sobre os depósitos à vista no sistema bancário. O total de crédito rural controlado, em 2004, correspondeu a apenas 29% do PIB agropecuário.

Nesse contexto, para fortalecer a competitividade do agronegócio, o Brasil adota diversas medidas de política agrícola, como a criação de novos e modernos instrumentos - uma ponte entre o setor e o mercado financeiro e de capitais - para reduzir o custo do capital e ampliar a liquidez da comercialização agrícola. Compõem a "nova rodovia financeira do agronegócio" títulos destinados ao refinanciamento de recebíveis originados nas relações comerciais entre produtores rurais e empresas que operam no setor, como o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

Para reforçar ainda mais a capacidade de acesso do agronegócio aos recursos existentes no mercado doméstico e internacional de capitais, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) acaba de regulamentar a Nota Comercial do Agronegócio (NCA) ou Agrinote, o clássico commercial paper, redesenhado para o agronegócio. Adicionalmente, o governo está implantando medidas para desenvolver o mercado de seguro rural. Outros dois novos títulos, o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e o Warrant Agropecuário (WA), devem conferir maior liquidez à comercialização.

Com os novos títulos, fundos de investimentos ou pessoas físicas poderão "apostar" no risco de preço de produtos agrícolas e nas oportunidades geradas pelo agronegócio. Os novos títulos têm a vantagem da não incidência de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e do ICMS na negociação do CDA-WA.

Todas estas medidas e novidades encorpam o processo de modernização do agronegócio brasileiro, sem dúvida. Tais ações, entretanto, não são o bastante para fazer frente aos limites impostos ao crescimento decorrentes dos vultosos subsídios à agricultura dos países desenvolvidos, cuja redução é crucial para o desenvolvimento econômico e o bem-estar de populações de países com forte expressão agroindustrial, como o Brasil.

Exportação do agronegócio segue em alta

No período de janeiro a outubro de 2005, as exportações do agronegócio somaram US\$36,212 bilhões, recorde histórico para períodos de janeiro a outubro e 9,6% acima do valor exportado no mesmo período de 2004. No acumulado do ano, as importações cresceram 4,1% em relação a igual período do ano anterior, totalizando US\$4,190 bilhões. Como consequência, registrou-se um superávit de US\$32,022 bilhões, recorde histórico para períodos de dez meses.

Nos dez primeiros meses de 2005, destacaram-se os aumentos dos valores exportados pelos seguintes grupos de produtos: açúcar e álcool (54,2%); café (49,5%); carnes (32,5%); fumo e tabaco (12,1%); leite, laticínios e ovos (18,6%); e frutas, hortaliças e preparações (11,5%). Em termos de produtos, é importante destacar o crescimento das exportações de carne suína (64,5%); açúcar (54,6%); café em grãos (53,4%);

álcool (52%); carne bovina *in natura* (28,6%); e frango *in natura* (31,4%).

As exportações brasileiras do agronegócio totalizaram US\$42,172 bilhões nos 12 meses correspondentes ao período de novembro de 2004 a outubro de 2005, 10,5% acima do valor exportado no período de novembro de 2003 a outubro de 2004, que foi de US\$38,169 bilhões. As importações foram 4,2% superiores aos doze meses anteriores com gastos de US\$5,045 bilhões. Como resultado, o superávit comercial acumulado nos últimos 12 meses foi de US\$37,127 bilhões. Tanto as exportações quanto o superávit comercial apresentaram valores recordes para períodos de 12 meses da série iniciada em 1989.

Os setores que mais contribuíram para o aumento das exportações do agronegócio no período analisado foram: açúcar e álcool (51,5%); carnes (33,1%); e café (49,5%). Também apresentaram variação positiva

as exportações de fumo e tabaco (21,2%); leite, laticínio e ovos (20,8%); cacau e suas preparações (20,2%); algodão e fibras têxteis vegetais (6,6%); couros, peles e calçados (7,5%); frutas, hortaliças e preparações (12,3%); madeiras e suas obras (5,4%); e papel e celulose (10,9%).

Nos últimos doze meses, as exportações do agronegócio apresentaram crescimento para todos os destinos: Europa Oriental (57%); África (34,7%); restante da Europa Ocidental (17,4%); Mercosul (17,5%); demais da Aladi (5%); Oceania (7,9%); Nafta, exceto o México (5,6%); Ásia (6,7%); e União Européia (4%). A União Européia foi nosso principal comprador, com 32,6% das exportações totais; seguida pela Ásia, com 19%, e Nafta, com 15,4%. Europa Oriental, Oriente Médio e África foram os destinos de 8,4%, 7% e 6,6% de nossas exportações, respectivamente. ■

Balança Comercial do Agronegócio - (em US\$ mil)

PRODUTO	JAN a OUT/2005 (a)			JAN a OUT/2004 (b)			VAR.(%) (a/b)	
	EXP	IMP	SALDO	EXP	IMP	SALDO	EXP	IMP
COMPLEXO DE SOJA	8.185.192	92.459	8.092.733	9.299.208	103.610	9.195.598	-12,0	-10,8
CARNES	6.677.093	75.487	6.601.606	5.041.024	63.781	4.977.243	32,5	18,4
AÇÚCAR E ÁLCOOL	3.871.233	253	3.870.980	2.510.446	299	2.510.147	54,2	-15,4
MADEIRA E SUAS OBRAS	3.155.446	68.063	3.087.383	3.106.104	64.961	3.041.143	1,6	4,8
PAPEL E CELULOSE	2.738.727	706.417	2.032.310	2.435.524	630.327	1.805.197	12,4	12,1
COUROS, PELES E CALÇADOS	2.537.429	187.555	2.349.874	2.392.974	180.357	2.212.617	6,0	4,0
CAFÉ, CHÁ, MATE E ESPECIARIAS	2.209.957	19.785	2.190.172	1.479.172	24.529	1.454.643	49,4	-19,3
FUMO E TABACO	1.323.360	20.426	1.302.934	1.180.181	17.237	1.162.944	12,1	18,5
ALGODÃO E FIBRAS TÊXTEIS VEGETAIS	1.188.174	191.130	997.044	1.149.585	245.862	903.723	3,4	-22,3
SUCOS DE FRUTAS	1.032.871	113.665	919.206	984.245	71.537	912.708	4,9	58,9
FRUTAS, HORTALIÇAS E PREPARAÇÕES	535.258	321.902	213.356	480.198	251.766	228.432	11,5	27,9
PESCADOS	330.906	217.114	113.792	343.682	191.394	152.288	-3,7	13,4
CACAU E SUAS PREPARAÇÕES	317.650	97.218	220.432	261.195	81.919	179.276	21,6	18,7
CEREAIS, FARINHAS E PREPARAÇÕES	275.645	976.122	-700.477	895.014	1.150.714	-255.700	-69,2	-15,2
LEITE, LATICÍNIOS E OVOS	144.548	112.586	31.962	121.861	78.622	43.239	18,6	43,2
BEBIDAS	56.285	132.528	-76.243	43.055	116.284	-73.229	30,7	14,0
BORRACHA NATURAL	261	232.399	-232.138	470	191.070	-190.600	-44,5	21,6
DEMAIS PRODUTOS	1.632.014	624.483	1.007.531	1.330.979	561.080	769.899	22,6	11,3
TOTAL GERAL	36.212.049	4.189.592	32.022.457	33.054.917	4.025.349	29.029.568	9,6	4,1

Fonte: SECEX/MDIC: Análise das Informações de Comércio Exterior - ALICE - Elaboração: DPIA/SRI/MAPA

EUA: profusão de subsídios e pilhas de grãos

Até mesmo os americanos começam a ficar impressionados com o tamanho da colheita e dos estoques acumulados de grãos no país. A eficiência dos produtores leva a uma produção bem acima das necessidades nacionais. Variedades mais resistentes à seca, melhores defensivos e práticas mais eficientes contribuem para altas produtividades. É o caso do Estado de Illinois, que apesar de ter sofrido profunda seca, logrou o êxito de obter uma excelente produção.

Mas os celeiros cheios e transbordados de grãos vão além de um bom resultado, pois instigam os críticos para o paradoxo existente no âmago dos subsídios derramados pela política agrícola. O resultado é o enfraquecimento do preço e o inchaço nos subsídios. No esforço de ajudar a economia rural, o governo sempre transfere recursos, seja quando os preços ficam cadelos ou na grande produção.

A grande oferta na presente safra é um pesado ônus para o produtor, carregado de estoque do ano passado. Para piorar, afligido por dois furacões na Costa do Golfo, o sistema de transporte ficou danificado. Todos esses fatores contribuem para deprimir preços, especialmente no caso do milho, com aumento da demanda de recursos do governo federal.

Mais de 60% do volume exportado de soja e milho são escoados pelo Porto de Nova Orleans, duramente castigado pelo furacão Katrina. A falta de barcaças e os danos sofridos pela infraestrutura portuária criaram gargalos para o escoamento dos grãos. Os custos de frete subiram e corroeram as apertadas margens de comercialização dos produtores. Mesmo assim, as culturas norte-americanas perderam competitividade em relação aos seus concorrentes estrangeiros.

Com o aumento nos custos da gasolina e do diesel, as empresas de transportes ferroviários e rodoviários reajustaram as suas tarifas; e há ainda a falta

de vagões. Com isso, se formam pilhas de grãos em condições inadequadas de armazenamento, sujeitas a estragos e perdas de qualidade diante da ocorrência de chuvas.

Embora a administração Bush se esquivasse de mostrar para os membros da Organização Mundial do Comércio a sua posição crítica em relação aos subsídios agrícolas, os mesmos chegaram ao ponto recorde em 2000, com US\$ 22,9 bilhões. Naquela oportunidade, a crise asiática havia derrubado as exportações e reduzido os preços das commodities agrícolas. A forte região produtora do cinturão de grãos, no Meio Oeste do país, entrou em recessão.

Se os embarques continuarem fracos, um novo recorde nos recursos para os subsídios deverá acontecer. O Departamento da Agricultura dos EUA já reviu a conta para cima, em US\$22,7 bilhões, contra US\$13,3 bilhões no ano passado. Em 2004, o valor foi de US\$13,3 bilhões. Será a maior contribuição desde 2000.

Diante de enorme pressão, a administração Bush anuncia a preparação de medidas para cortar em mais de 60% os subsídios nos próximos 5 anos. As nações não desenvolvidas e agroexportadoras como o Brasil há muito tempo denunciam os perniciosos

Corte pelo Senado

O Senado federal aprovou no início deste mês um corte de US\$3 bilhões dos gastos com programas para a agricultura nos próximos cinco anos, como parte de um programa geral para redução de verbas de US\$36 bilhões para todos os departamentos do governo.

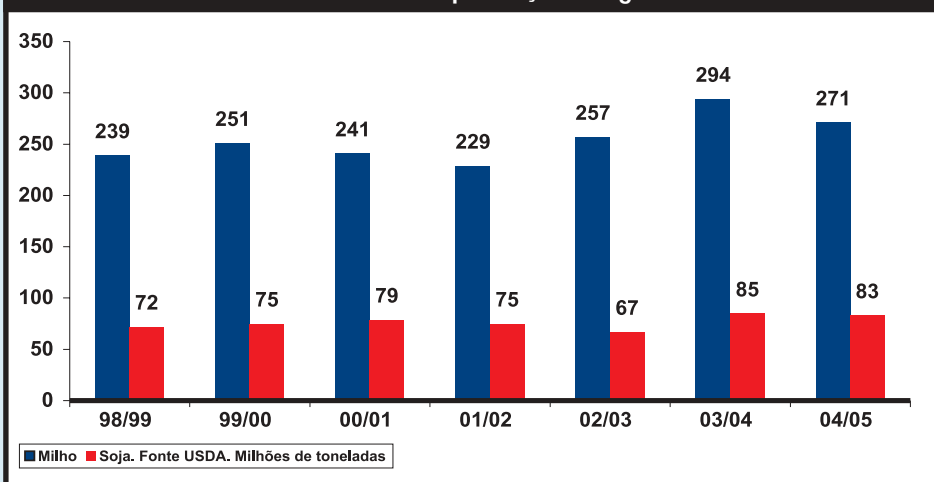
Fazem parte do corte os subsídios incluídos no projeto do Senado, com uma redução de 2,5% na ajuda a programas destinados a produtores de commodities como trigo, milho, algodão e soja.

Foi rejeitado o projeto de lei para limitar o pagamento dos subsídios do governo para os produtores, em US\$250 mil, o que significaria uma baixa em relação aos limites atuais, de US\$360 mil.

Os efeitos dos subsídios agrícolas praticados pelos EUA e pela União Européia na formação de grandes estoques que deprimem os preços mundiais. Somente os EUA gastaram US\$143,8 bilhões em subsídios nos últimos dez anos.

Embora a perspectiva dos produtores e comerciantes de grãos seja de elevar a produção no próximo ano, haverá pressão no custo de produção: o gás natural, cujo preço sofre aumento, é usado na produção de fertilizantes, inseticidas e pesticidas; e esse é um ponto desfavorável. ■

Estados Unidos: produção de grãos



Como a OCDE vê a agricultura brasileira

A OCDE acaba de divulgar o estudo "Análise das Políticas Agrícolas do Brasil", como parte de uma iniciativa voltada para a análise das políticas agrícolas de quatro das principais economias agrícolas fora dos países desenvolvidos: China, Índia, África do Sul e Brasil. O trabalho mede a magnitude da proteção à agricultura e o impacto do comércio e das reformas de política agrícola.

O nível baixo de apoio explica a forma da transformação da economia rural. O seu crescimento é atribuído principalmente aos aumentos na produtividade. A expansão na área plantada é fenômeno recente, com grande contribuição da soja e do milho da segunda safra, principalmente da

uma alteração na composição e direção do comércio. Houve uma mudança dos produtos tropicais típicos, como café e suco de laranja, no sentido de soja e carnes. A participação média da produção exportada corresponde a em torno de 25% a 30%. No Canadá, essa taxa chega a 40%, e na Austrália, a dois terços.

APOIO INTERNO

Uma de suas principais constatações é o fato de o Brasil ter uma posição entre os países de menores concessões de subsídios à agricultura. O aumento do agronegócio brasileiro é fruto exclusivo de sua competitividade. De todo o apoio recebido pelo setor, os produtores recebem

três quartos. O restante corresponde a serviços gerais, tais como pesquisa, extensão e treinamento.

O apoio ao produtor é concedido por meio de transferências relacionadas com o sistema nacional de crédito

para produtos básicos que concorrem com importados (arroz, milho e trigo) e algodão. Essas commodities recebem proteção tarifária mínima, muito embora os produtores sejam efetivamente compensados por terem de competir com outros parceiros do Mercosul. Isso porque o valor da assistência técnica é aproximadamente equivalente à atual tarifa do Brasil para países fora do Mercosul.

Mas a metade do benefício total de apoio ao crédito rural tem como origem a reestruturação da grande dívida setorial acumulada durante o período de instabilidade econômica, até o lançamento do Plano Real, em 1994. São as operações enquadradas na Securitização e no Programa Especial de Saneamento de Ativos.

SUBSÍDIO EXTERNO

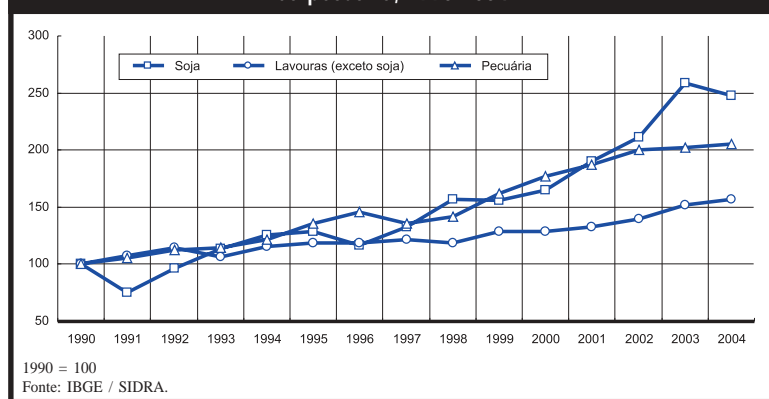
Segundo a OCDE, o apoio do governo brasileiro aos produtores, medido pela PSE (Estimativa de Apoio ao Produtor, em português), representou apenas 3% do valor bruto das receitas dos produtores rurais em 2002-2004. É uma taxa muito abaixo da média praticada pelos países que integram a OCDE: EUA e Japão.

As transferências totais à agricultura dos países da OCDE, medidas pela Estimativa de Apoio Total (TSE), foram de US\$378 bilhões em 2004. Evidentemente, subsídios desta monta provocam graves distorções sobre o comércio internacional de produtos agroindustriais. Significa grande prejuízo para os países com vocação agrícola, atividade que tem importantes efeitos multiplicadores sobre os demais segmentos da economia. É o caso do Brasil, cuja população seria particularmente beneficiada por uma liberalização do comércio agrícola internacional, conforme pleiteia o País na OMC.

Tendo liberalizado substancialmente suas próprias políticas agrícolas, a principal fonte de futuros benefícios para o Brasil está nas reformas de outros países. O acesso aos mercados da OCDE é a questão mais importante.

Os exportadores brasileiros são barrados por elevadas tarifas em mer-

Brasil: índices de produção de lavouras e produtos da pecuária, 1990-2004



região centro-oeste do País. Os preços favoráveis das *commodities* e a taxa de câmbio desvalorizada justificam essa movimentação. Com a mudança de cenário, fica irreal extrapolar uma taxa de crescimento desta dimensão.

O recente *boom* das exportações agrícolas nacionais está associado a

crédito rural, que oferece recursos a taxas preferenciais. Cerca de 28% dos empréstimos à agricultura estão nessa situação. As preferências são, de certa forma, anuladas pelas práticas bancárias de impor exigências adicionais aos tomadores, como seguros, aplicações etc.

Os maiores níveis de apoio são

cados-chave, por escalada tarifária de acordo com o grau de processamento de muitas commodities importantes. São medidas de tratamento desfavoráveis sob esquemas preferenciais de comércio e sistemas de quotas, e por significativas medidas não tarifárias, em especial para produtos pecuários.

POTENCIAL

A posição de destaque do Brasil no mercado internacional do agronegócio surpreende o mundo e incomoda os competidores. Resulta da conjugação de vantagens competitivas notórias, como a disponibilidade de recursos naturais, a capacidade empreendedora dos empresários rurais e o trabalho realizado por instituições e empresas voltadas à pesquisa e desenvolvimento de tecnologia agropecuária. Os resultados foram ampliados pela situação favorável dos mercados de *commodities* e pela paridade cambial vigentes até 2004.

Esta conjunção de fatores positivos permitiu ao agronegócio brasileiro contrabalançar as sérias restrições internas – como a carência de infra-estrutura e o elevado custo do dinheiro – e o protecionismo praticado pelas nações desenvolvidas.

Líder internacional na produção ou exportação em importantes mercados – soja, carnes, açúcar, café, suco de laranja, celulose e papel, dentre outros –, a agricultura brasileira registrou enorme salto de produtividade nos últimos anos, a despeito da redução do apoio orçamentário do governo à atividade.

Os estudos da OCDE indicam que um corte de 50% nas tarifas e nos subsídios à exportação, em termos globais e para todos os setores, e uma redução de 50% no apoio doméstico à agricultura nos seus países membros:

- Proporcionariam um ganho de bem-estar ao Brasil de US\$1,7 bilhão, equivalente a aproximadamente 0,3% do PIB.
- Cerca de 59% da melhoria de bem-estar decorreriam das reduções tarifárias sobre produtos agropecuários pelos membros da OCDE.

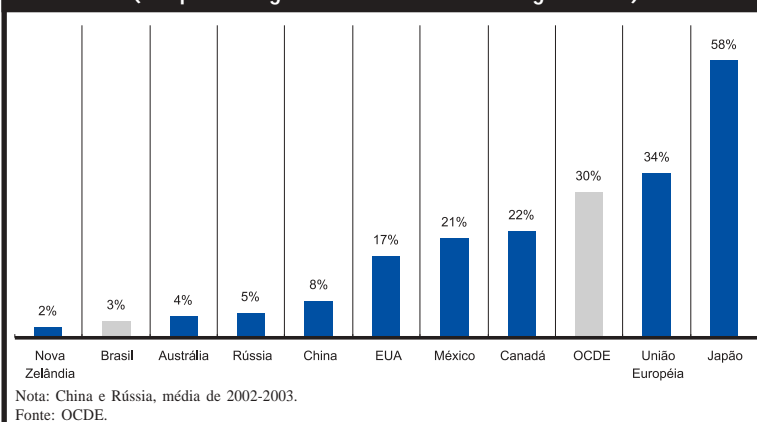
• O Brasil se apropriaria de mais da metade de todos os ganhos dos países em desenvolvimento decorrentes das reformas agrícolas dos países da OCDE (veja gráfico).

Os dados da OCDE substanciam a posição agressiva defendida pelo agronegócio brasileiro nas negociações internacionais, especialmente, no âmbito da OMC.

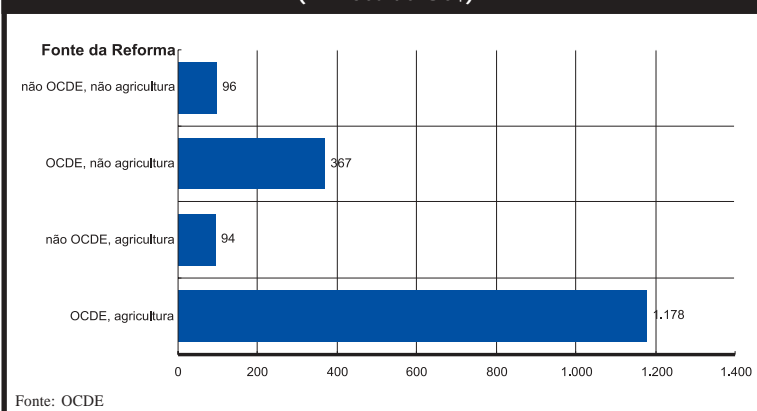
Por outro lado, os números revelam um vigoroso crescimento do Brasil no comércio agrícola global. Em 1993, a exportação do agronegócio era de US\$15,9 bilhões, com superávit de US\$11,7 bilhões. No acumulado dos últimos doze meses até setembro de 2005, as vendas externas chegaram a US\$41,6 bilhões, gerando um saldo de US\$36,6 bilhões.

O desempenho só não é melhor, devido às distorções do mercado internacional, decorrentes de subsídios à exportação, políticas de apoio interno com efeitos negativos sobre os preços das commodities e barreiras

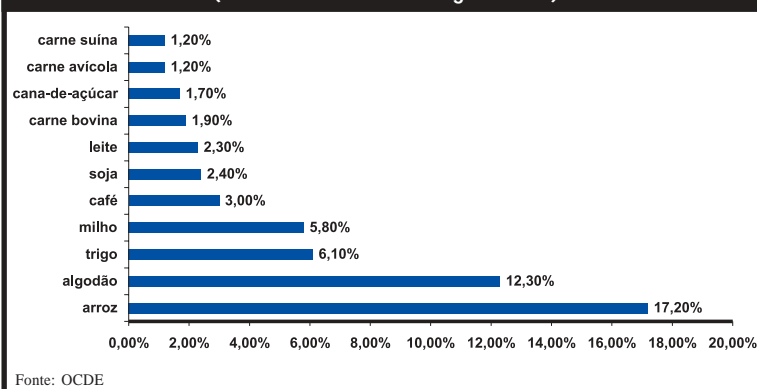
Estimativa de Apoio ao Produtor (PSE), média de 2002-2004 (em percentagem da receita bruta da agricultura)



Ganhos de bem-estar do Brasil com a reforma multilateral (milhões de US\$)



Brasil: estimativa de apoio (PSE) por produto, média de 2002 a 2004 (% da receita bruta da agricultura)



ras de acesso a mercados, que envolvem exigências sanitárias, ambientais e sociais.

ONDE SABER MAIS:
Revista de Política Agrícola.
Secretaria de Política Agrícola. MAPA.
Ano XIV. Outubro de 2005.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Decisão da OMC aumenta exportação brasileira

A União Europeia terá até 22/05/06 para implementar a decisão do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da Organização Mundial do Comércio (OMC), adotada em 19/05/05, de limitar a exportação de açúcar subsidiado ao volume e valor acordados por ocasião da assinatura do Acordo de Agricultura, da Rodada do Uru-

guai. A decisão do árbitro indiano A. S. Ganesan, escolhido pelas partes em agosto passado, foi anunciada em 28 de outubro último pelo Secretariado da OMC.

A UE havia se comprometido no âmbito do GATT - Acordo Geral de Tarifas e Comércio a manter suas exportações subsidiadas a 1.273,5 mil toneladas e 499,1 milhões de euros. No entanto, o bloco se tornou, nos últimos dez anos, o segundo maior exportador mundial de açúcar, oferecendo o açúcar branco num mercado que hoje se aproxima de US\$300 a tonelada, quando seu custo médio de produção chega perto de US\$800 a tonelada.

Com a concorrência do produto subsidiado europeu no mercado internacional, o Brasil tem sofrido perda anual de US\$494 milhões, segundo estimativas da Oxfam.

O setor recebeu "com satisfação" a decisão do árbitro. Na expectativa brasileira, a retirada dos subsídios ilegais europeus ampliará o mercado internacional de açúcar em até 5 milhões de toneladas por ano. O Itamaraty calcula um mercado potencial anual da ordem de US\$1,48 bilhão. As exportações atuais brasileiras estão projetadas em 17 mi-

lhões de toneladas de açúcar para a safra 2005/06.

Justamente alegando que precisava liberar os estoques antes de implementar a decisão da OMC, a UE havia anunciado, no mês passado, que pretendia colocar adicionalmente no mercado 2 milhões de toneladas do açúcar, além da produção excedente de 5 milhões de toneladas.

A situação para a UE se complica diante de países da ACP (África, Caribe e Pacífico). O Brasil reiterou que não questionou o acesso preferencial ao mercado europeu do açúcar importado de alguns países da ACP e da Índia. A reexportação do açúcar originário desses países poderia se realizar sem problemas, bastando, segundo o Itamaraty, que a UE reduzisse sua própria produção ineficiente de açúcar subsidiado.

O governo brasileiro tem a convicção de que a União Europeia cumprirá o prazo determinado pela OMC. Segundo declaração oficial do Itamaraty, o Brasil reitera que a plena observância das disciplinas comerciais é essencial para a credibilidade das negociações de novas regras multilaterais no contexto da Rodada de Doha. ■

Cronologia do contencioso do açúcar

- Setembro de 2002: o contencioso do açúcar é iniciado pelo Brasil e pela Austrália, pediram consultas à União Europeia para discutir o regime açucareiro do bloco europeu em relação às normas da OMC;
- 21 e 22 de novembro: realizadas as consultas em Genebra, a Tailândia aderiu ao pleito em março, mas se encontrou solução satisfatória para as partes;
- Julho de 2003: os três países decidiram então recorrer ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, solicitando a instalação de um painel;
- 29 de agosto: foi criado o painel;
- 24 de dezembro: foi composto o painel;
- 15 de outubro de 2005: ganho de causa ao Brasil e seus parceiros.



Recuperar mercados de carne bovina

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) pretende superar as restrições impostas às carnes brasileiras em razão da ocorrência de febre aftosa no Mato Grosso do Sul. Por causa dos focos da doença, 49 países suspenderam, total ou parcialmente, a entrada da carne bovina do Brasil.

Além de intensificar as negociações bilaterais para reabrir os mercados às carnes brasileiras, em especial, as de bovinos *in natura* e industrializadas, o governo vai concentrar esforços para que a América Latina crie um programa

de erradicação da aftosa. A proposta foi discutida durante reunião do Conselho de Agricultura do Consul (CAS), realizada em meados de novembro em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia. O território brasileiro sempre será vulnerável, enquanto não se eliminar a doença em todo o continente.

Para erradicar os focos de aftosa no MS, foram tomadas as ações recomendadas pelas normas internacionais. Os resultados dos exames das amostras coletadas em animais do Paraná ainda não confirmam as suspeitas da doença. Os diagnósticos deram resultado negativo e

novos testes foram feitos para se chegar a uma conclusão segura.

A próxima etapa da imunização do rebanho do Estado está prevista para janeiro e fevereiro de 2006. A antecipação da vacinação contra a aftosa no Rio Grande do Sul é vista de forma positiva.

PERDAS NAS EXPORTAÇÕES

A Abiec (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne) estima que as perdas em novembro, quando comparadas com as de outubro, sejam de US\$100 milhões. Uma queda de US\$215

milhões para US\$115 milhões, ou seja, menos 46,51%.

O recuo das exportações de carne em outubro em relação ao mês anterior foi de US\$68 milhões, ou 24%. Os números incluem carne *in natura* e industrializada. A estimativa da Abiec para as vendas ao exterior neste ano caiu de US\$3 bilhões para US\$2,8 bilhões.

O MAPA divulgou que o prejuízo causado pela febre aftosa nas exportações deverá chegar a US\$1,7 bilhão no período de seis meses, no qual deve durar o embargo às carnes brasileiras. Desse montante, US\$1,1 bilhão seria de carne bovina, e o restante, de suína.

Entre as ações a serem tomadas para derrubar os embargos com mais rapidez, consta a necessidade de mandar informações aos países compradores da carne brasileira, em nome da credibilidade e transparência, além de medidas como informações técnicas e convite a países compradores para visitarem o Brasil e verificarem as ações implantadas.

A União Européia, que reúne 25 países e restringiu carnes de Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná, é uma das prioridades. A Europa é um tópico especial, pois é a única alternativa compradora de carnes nobres. Terceiro maior comprador de carne bovina em 2004, com US\$198 milhões, o Chile proibiu a importação do Brasil, de qualquer local de origem.

Na avaliação da Abiec, novembro deverá ser o pior mês para as exportações, desde que o primeiro foco em Mato Grosso do Sul foi anunciado em 10 de outubro. Há a aposta de que as reversões dos embargos anunciados por 49 países ganhem fôlego em dezembro. Um grupo de trabalho, composto por membros do governo e da iniciativa privada, foi organizado com a missão de solicitar justificativas técnicas que sigam as regras da Organização Mundial de Saúde Animal. ■

Lições da crise da aftosa

JOÃO HILÁRIO DA SILVA JR. *

Vivemos mais um episódio ligado à febre aftosa em nosso país. Como meu interesse no assunto é bem específico, não analisarei as conseqüências e as causas desta situação.

Em junho deste ano, participei de um encontro latino-americano sobre comunicação social e educação sanitária, promovido pelo Ministério da Agricultura. Foi o XV ENESCO - Encontro Internacional de Educação Sanitária e Comunicação Social. A temática do evento girava em torno da troca de experiências entre cerca de dez países latino-americanos a respeito das iniciativas de governo rumo à comunicação social, educação e ao controle sanitário rural.

No conceito da Comunicação Total®, "a propaganda é apenas parte de um todo". Em todos os casos, trabalhamos soluções que saem da pertinência para com os objetivos do negócio e público. Nessa interpretação, tratamos do conteúdo da comunicação no âmbito da educação sanitária.

Num mundo globalizado, em que o mercado é todo o Planeta e os consumidores estão espalhados pelas mais diversas culturas, o produtor rural deixa de ser um ser isolado, preocupado apenas com os aspectos produtivos de sua atividade econômica. Ele passa a fazer parte de uma cadeia de fornecimento do agronegócio internacional. Faz parte do conteúdo da comunicação voltada à educação sanitária envolvê-lo e mostrar a ele, além dos prejuízos pessoais, as conseqüências que afetam as divisas do País.

Além das noções de sanidade propriamente ditas, o produtor precisa receber informações e contextos para a sua inserção neste mercado comum mundial. Nesse processo, a participação da iniciativa privada passara a ser vital. Uma oportunidade para se posicionar ao lado do produtor e ajudá-lo a atuar de maneira mais adequada à realidade. O resultado será ganhar a gratidão de um cliente ou fornecedor mais capacitado, e, conseqüentemente, sua fidelização de forma inequívoca.

Com isso, construímos mais profissionalismo e eficiência para o agribusiness internacional brasileiro. Uma minimização dos riscos de incidentes, com perdas de mercado e de divisas para o País.

O agronegócio nacional, apesar de ser um dos setores de ponta brasileiros, quer seja do ponto de vista produtivo como do econômico, ainda carece de muita evolução de gestão, de inserção internacional e de tratamento na comunicação. Vamos desenvolver mais talento e habilidade para realizar essa tarefa.

* Diretor da Fischer América Unidade de Agronegócios, jhilario@totalcom.com.br.

CT - AGRONEGÓCIO

Inovação, competitividade e qualidade nas cadeias produtivas



Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico

CT - AGRONEGÓCIO

Inovação, competitividade e qualidade nas cadeias produtivas

As mudanças nos cenários nacionais e internacionais têm exigido um intenso ajuste nas políticas técnico-científicas do País, em razão da necessidade de se incorporar inovações às atividades produtivas. Com isso, o agronegócio ganhou destaque pelo seu caráter estratégico para o desenvolvimento sustentável em bases competitivas. Nesse cenário, que inclui a intensificação da competição e da valorização do conhecimento e da informação, o Brasil precisa adotar um novo modelo de desenvolvimento econômico e social.

Atento a esses desafios, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), na qualidade de formulador e gestor da Política de CT&I, tem envidado grandes esforços para elevar a taxa de dispêndio global em ciência, tecnologia e inovação. A P&D no agronegócio, de fundamental importância para introduzir o progresso técnico nas suas cadeias produtivas, as torna mais competitivas num ambiente de integração econômica, aumentando sua importância neste contexto.

Os Fundos Setoriais de CT&I foram criados para incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico em áreas estratégicas, e construir uma nova forma de financiamento de investimentos. Pretende-se que os Fundos Setoriais financiem prioritariamente o fomento tecnológico, projetos cooperativos, redes cooperativas e grandes projetos estruturantes das universidades, centros de pesquisa e centros tecnológicos. Para participar dos mecanismos de apoio instituídos pelos Fundos, os interessados devem, fundamentalmente, estar inseridos neste contexto, seguir as regras gerais de operação e as específicas de cada edital ou chamada.

Os Fundos surgiram na esteira do processo de privatização de alguns setores da economia nacional, como exploração de petróleo, telecomunicações, energia elétrica e outros, em resposta à necessidade de aumentar os recursos destinados a C&T e garantir seu fluxo constante. O primeiro a ser criado foi o Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural, CT-PETRO. De fato, a Lei que em 1997 instituiu o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo também previu a destinação de parcela dos

royalties da produção de petróleo e gás natural para o financiamento de programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento de tecnologia aplicados à indústria do petróleo. A implementação se iniciou em 1999, após a publicação dos instrumentos legais que regulamentam seu funcionamento, e serviu como piloto para os outros Fundos.

Após tramitar no Congresso Nacional, em julho de 2000 foram sancionadas as Leis que criaram os Fundos Setoriais de Energia Elétrica, Recursos Hídricos, Transporte, Mineração e Espacial. No correr de 2001, se deu a criação dos Fundos de Tecnologia da Informação e Infra-Estrutura, e, em dezembro de 2001, por meio da Lei nº 10.332, foi instituído mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio, para o Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde, para o Programa Biotecnologia e Recursos Genéticos - Genoma, para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico e para o Programa de Inovação para Competitividade. Paralelamente, num amplo esforço parlamentar, os fundos sancionados foram sendo regulamentados e, atualmente, há dezesseis Fundos, cada um com recursos próprios e exclusivos, e todos estão em operação. A criação do CT-Agronegócio no contexto dos Fundos Setoriais de C&T é uma importante iniciativa para intensificar os investimentos e garantir estabilidade à alocação de recursos para esta área.

O FUNDO SETORIAL DO AGRONEGÓCIO

O Fundo Setorial de Agronegócio (CT-Agronegócio) foi criado, portanto, pela Lei 10.332, de 19/12/2001, e regulamentado pelo Decreto 4.157, de 12/03/2002, e tem por objetivo a ampliação dos investimentos nas pesquisas de sistemas, técnicas, métodos e processos que propiciem inovação, qualidade e aumento de competitividade na exportação dos produtos agropecuários do Brasil, fundamentado nos paradigmas modernos da transdisciplinariedade e da multidisciplinariedade. Visa, também, ao desenvolvimento de mecanismos que propiciem atrair investimentos nacionais e internacionais para o segmento.

Para exercer este papel, o CT-Agronegócio conta com 17,5% do total da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) instituída pela lei nº 10.168, de 29/12/2000, e alterada pela lei nº 10.332, de 19/12/2001.

Na utilização desses recursos, são obrigatoriamente observados os critérios de administração previstos e a programação orçamentária do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Além disso, conforme previsto na legislação, no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos do CT-Agronegócio são destinados ao financiamento de projetos a serem executados por empresas e instituições de ensino e pesquisa sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regionais.

As decisões acerca da destinação dos recursos de cada Fundo são tomadas com a participação de representantes de ministérios, agências reguladoras, da comunidade científica e do setor produtivo, reunidos em Comitês Gestores respectivos, que definem as diretrizes e o plano anual de investimentos, acompanham a implementação das ações e avaliam os resultados obtidos.

Para a implementação dos projetos aprovados, os Comitês Gestores contam com os agentes executores. Assumem esta função as agências federais - CNPq e FINEP, as FAPs ou outros órgãos apropriados que desempenhem as funções de contratação e de acompanhamento e avaliação dos projetos.

O CNPq é a instituição responsável pela implementação e coordenação de projetos de pesquisas e de bolsas de fomento tecnológico concedidas a partir do ano de 2002 no âmbito das ações de fomento da FINEP para os Fundos Setoriais: CT-PETRO, CT-ENERG, CT-HIDRO, CT-MINE-RAL, CT-Info, CT-Aero, CT-Espacial, CT-Saúde, CT-Agro e Verde Amarelo.

Tais ações, implementadas e coordenadas pelo CNPq com recursos do CT-Agronegócio, exigiram da Coordenação Geral do Programa de Pesquisa em Agropecuária e Biotecnologia - CGAPB/DPT a elaboração de um formulário-modelo para acompanhamento e avaliação de projetos contratados, visando à sua publicação, como estabelece o Art. 8º da Lei 10.332. Para tanto, foi eleito como estudo de caso para testar e aprimorar o modelo o Edital CT-Agro/MCT/SEAP-PR/CNPq nº 02/2003, tendo como tema central o "Apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em aquíicultura no agronegócio".

AVALIAÇÃO

A avaliação dos projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq é uma tradição da agência. A avaliação individual de projetos, contudo, não permite uma visão mais geral das ações voltadas a temas específicos. No sentido de avaliar o conjunto de projetos apoiados em editais temáticos, o CNPq desenvolveu uma metodologia que vai além da avaliação dos resultados obtidos individualmente e visa identificar os impactos obtidos em diferentes campos, tais como tecnológico, científico, industrial e ambiental, entre outros.

O sistema de avaliação dos Editais do CNPq foi iniciado com os 22 projetos apoiados pelo Edital MCT/SEAP/CNPq/CT-AGRONEGÓCIO 02/2003. Vinte dos 22 coordenadores de projetos aprovados no Edital preencheram o formulário.

O Formulário de Avaliação de Proposta foi montado em três partes, sendo que, inicialmente, o coordenador forneceu dados sobre a caracterização e execução do projeto, numa segunda parte, dados sobre os potenciais impactos dos projetos e, finalmente, num terceiro momento, completou a matriz de indicadores do seu projeto.

A análise preliminar dos resultados foi realizada de forma manual pela equipe técnica da coordenação.

Dois consultores que participaram do processo de julgamento e seleção das propostas deste Edital (conhecedores, portanto, dos projetos aprovados) participaram como avaliadores dos relatórios, o que permitiu uma segunda análise independente.

Os resultados estão expressos a seguir.

EXECUÇÃO

Inicialmente, são apresentados os resultados sistematizados tópico a tópico, contidos na *execução do projeto* do formulário do coordenador. Nesta parte, o coordenador foi convidado a fornecer dados específicos e informações do andamento de seu projeto.

Os dados foram tabulados projeto a projeto, após leitura e sistematização das informações contidas no formulário. Os números apresentados se referem às quantidades de projetos envolvidos em cada tópico.

Dos vinte projetos avaliados, apenas

dois (10%) modificaram os objetivos dos projetos, em ambos os casos por problemas referentes à formação de parcerias. Este é um ponto a se salientar em futuras ações, no sentido do estabelecimento formal de compromissos entre pesquisadores e instituições para a realização conjunta de projetos.

Apesar de se tratar de relatório parcial, nove dos 22 projetos já haviam alcançado as metas propostas. Os demais casos não acompanharam os cronogramas descritos nas propostas. Dentre as razões levantadas pelos coordenadores, salien-

Em relação ao atraso no desembolso, tema particularmente importante nos projetos da área agrícola que dependem das variações sazonais, deve ser feito o esforço pelos Fundos Setoriais no sentido de contratar os projetos e liberar os recursos de acordo com o proposto no Edital, permitindo que os beneficiários contem com o financiamento e possam agendar seus compromissos conforme estabelecido no cronograma.

Há que salientar que a modificação das metas contratadas deve ser objeto de consulta prévia à agência financia-

Execução de Projeto: Formulário de Avaliação

tamos o corte substancial do orçamento proposto e o atraso na liberação dos recursos. O corte do orçamento foi promovido pelo comitê de avaliação, estando baseado em análise técnica; assim, tal aspecto deve ser discutido com os comitês na época de seleção. Deve-se salientar, ainda, que ao receber a concessão, o coordenador do projeto deveria ter ressaltado este aspecto de pronto, e não somente na época do relatório.

Considera-se que, cortes avaliados como necessários pelo Comitê Temático de julgamento, acima de determinado percentual, devam automaticamente passar a eliminar a proposta, uma vez que estes cortes certamente prejudicariam a realização das diferentes ações do projeto.

dora. Na ausência de negociação para tal modificação, o coordenador segue responsável pelas metas contratadas e poderá ser prejudicado quando da prestação de contas.

A alteração da equipe aconteceu em 25% dos projetos. Pôde-se dividir em dois grupos as razões das alterações: o primeiro foi de inclusão de pessoal à equipe. Isto, em princípio, qualifica ainda mais o projeto, uma vez que despertou a atenção e o interesse local. O segundo grupo foi de abandono do projeto, ou por recolocação profissional. Tais problemas se inserem no quadro de dificuldades de pessoal das instituições e fora do campo de ação do CNPq.

O corte integral das bolsas de todos

Execução do projeto: questões, respostas e justificativas

Questões	Resposta*		Justificativas
	Sim	Não	
Ocorreu alteração dos objetivos	02	18	Modificação dos objetivos em função de problemas burocráticos na relação com outros órgãos. Desistência de pesquisadores após a aprovação do projeto.
As metas foram alcançadas	09	11	
As etapas foram cumpridas	11	09	Problemas de infra-estrutura não disponibilizada no projeto (3**); Corte de 40% do valor solicitado no projeto, inviabilizando várias ações; Problemas técnicos na formulação do projeto (4), ex: escolha de espécie de peixe de baixa ocorrência na região, necessitando substituí-la; Problemas na gestão dos projetos (2); Parcerias mal estabelecidas (3), dificultando ou inviabilizando parte do projeto ou necessitando a transferência do projeto para outra região; Atraso na liberação dos recursos.
Interação com outras instituições	11	09	
Dificuldades no projeto			Reestruturação das metas (6); Problemas de infra-estrutura do projeto (3); Atraso na importação dos equipamentos (3); Atraso na liberação dos recursos; Atraso devido a relação com outras entidades (2); Atraso na contratação (2); Aquisição de material de consumo (5); Evasão do pessoal técnico (3); Corte das bolsas (2); Corte dos recursos solicitados; Manutenção dos equipamentos.
Alteração na equipe (pesquisadores/técnicos)	05	15	Adição de um professor recém contratado à equipe; Inclusão de três alunos de mestrado; Pesquisadores que apoiariam o projeto trocaram de emprego; Falta de tempo disponível para o projeto.
Substituição de bolsista	02	18	Conclusão de curso (3); Desempenho insatisfatório (1); Mudança de cidade (1); Motivos pessoais (2); Envolvimento em outro projeto (3).
Remanejamento de recursos	07	11	A média de remanejamento por projeto solicitante foi de 1,4, nas rubricas capital (6), custeio (7) e bolsas (1).

* Número de projetos que assinalaram sim ou não como resposta
 ** O número entre () indica a quantidade de formulários em que aparece repetida a citação

os projetos, necessidade específica deste Edital, deve ser evitado. Muitas propostas contavam com estes recursos para a realização do projeto. No entanto, mais uma vez, o coordenador, no ato de assinatura do projeto, deve avaliar a viabilidade do cumprimento dos objetos e metas do mesmo, assumindo, ou não, o compromisso.

A maior parte da execução financeira já foi realizada, uma vez que os projetos agora avaliados tinham mais de um ano de efetivo investimento.

IMPACTOS

A seguir, são apresentados os resultados relativos aos quesitos *Impactos dos projetos submetidos* (pág. seguinte).

Como método de análise, a equipe técnica da CGAPB calculou a média de cada quesito dos diferentes impactos na mesma escala presente no formulário de avaliação (de 1 a 5), preenchido pelo coordenador. Para as respostas "Não se adequa" (NA), não foi dado valor algum, eliminando as da média. Estes resultados são apresentados em gráficos com a indicação do desvio padrão.

Os dois consultores externos de notó-

rio conhecimento da área tiveram acesso aos projetos e, após leitura dos mesmos, preencheram os impactos dos projetos, semelhantemente aos coordenadores. O procedimento de tabulação e análise foi o mesmo ao do supracitado.

De modo geral, a tendência dos resultados da avaliação apresentada pelos coordenadores coincidiu com a dos avaliadores, com valores ligeiramente menores na opinião destes últimos.

Avaliando-se as respostas para os diferentes impactos tecnológicos, se observa que a preocupação com a transferência de tecnologia para o setor parece ser uma preocupação prioritária dos coordenadores participantes deste Edital, fator importante para disseminação de tecnologias para fora das Universidades. Os consultores valorizaram mais a potencialidade de introdução de novos métodos de gestão tecnológica à transferência de tecnologia. A possibilidade de obten-

ção de patentes foi o item que recebeu menor pontuação. Isto talvez se explique pelo perfil acadêmico da maioria dos coordenadores.

A geração de novas tecnologias responde como o segundo item de melhor avaliação, tanto na visão dos coordenadores, quanto na dos avaliadores, parecendo mostrar, além do potencial dos projetos na geração de tecnologia, a dificuldade de transformar produtos/processos em patente.

A temática científica parece bem explorada pelos diferentes coordenadores deste Edital. Geração e difusão de novos conhecimentos e formação e capacitação de recursos humanos foram muito bem avaliados, com média acima de 4 pontos. Já a formação de novos grupos de pesquisa acabou sendo preocupação de um pequeno grupo de avaliados, com média inferior a 2,5.

Já os avaliadores externos criam três grupos diferenciados para este impacto. A geração de novos conhecimentos apresenta valores elevados, semelhantemente aos dos coordenadores, destacando o mérito científico dos projetos. No entanto, a difusão de conhecimentos e formação

Execução financeira dos projetos

Valor solicitado	R\$ 887.509,68
Saldo remanescente	R\$ 240.550,97
Porcentagem dos recursos ainda não aplicados (agosto 2005)	27,10%

Impacto do Projeto: Formulário de Avaliação

e capacitação de recursos humanos já apresentam uma avaliação comparativa inferior, seguidas de formação de novos grupos e centros de pesquisa, ratificando a necessidade de orientação para os futuros Editais, conforme citado anteriormente.

Na avaliação do impacto social, se verifica uma semelhança entre as avaliações dos coordenadores e consultores para os diferentes temas avaliados. Este aspecto atingiu média 3,2, não sendo o aspecto mais destacado deste Edital.

Dentre todos os itens avaliados, a re-

dução das desigualdades sociais foi o tema de menor impacto dos diferentes projetos, segundo os avaliadores.

Em princípio, se esperava uma preocupação um pouco maior para a geração de empregos, devido às características das propostas envolverem, além do uso intensivo de mão-de-obra, grande preocupação de transferência de tecnologia para o setor, geração e difusão de novos conhecimentos e formação e capacitação de recursos humanos, fato este não ratificado neste tópico da avaliação. Embora o potencial de geração de empregos não tenha sido muito ele-

vado, verificou-se na prática, uma boa tradução do potencial em realidade, gerando, até o momento 100 empregos, conforme discussão no próximo tópico.

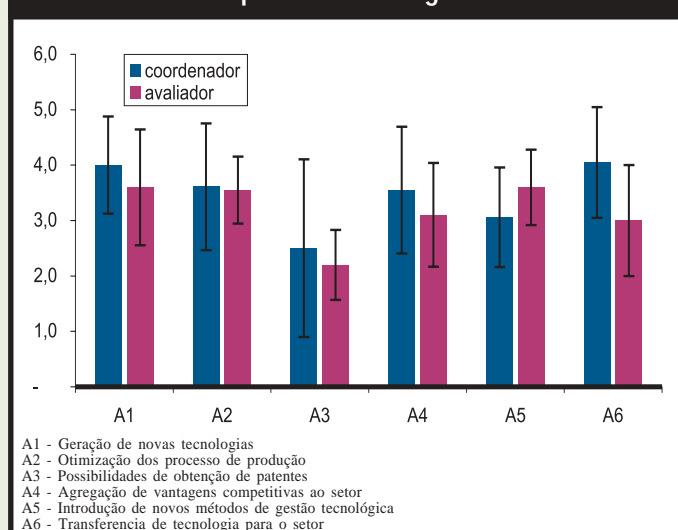
Pelo perfil do proponente parecer ser preponderantemente científico, a expectativa inicial de impactos comercial/industrial era pequena, confirmada com os resultados obtidos. Mesmo assim, melhoria da qualidade do produto e criação de novos mercados seguidos por redução de barreiras técnicas receberam uma avaliação acima de três, denotando preocupação dos coordenadores com essas questões inseridas nas propostas. Segundo os avaliadores, os itens melhor avaliados foram redução dos custos de produção do setor, seguido de sustentabilidade das empresas, com valores próximos aos apresentados pelos coordenadores.

Todos os impactos abordados relativos ao tema ambiental apresentaram alta importância relativa quando avaliados pelos coordenadores e pelos avaliadores.

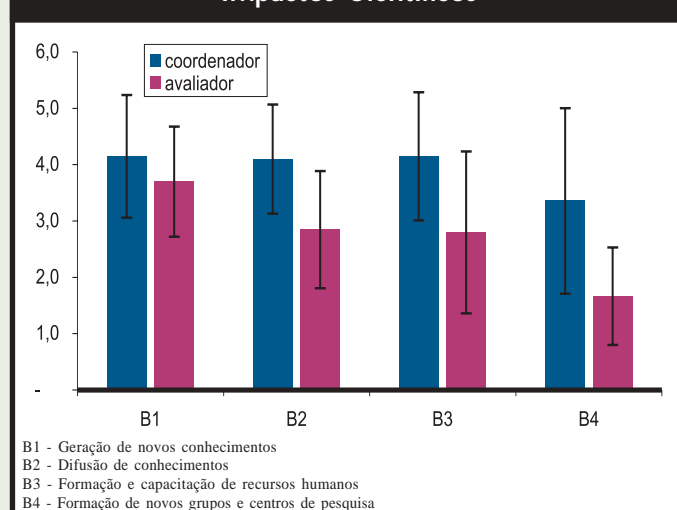
Este resultado não traz surpresa, uma vez que a Academia vem lidando cada vez mais freqüentemente com esta temática, contribuindo com soluções adequadas, ainda mais quando o Edital envolve linhas temáticas de grande impacto ambiental. Saliencia-se que a questão de redução de consumo energético, na opinião dos avaliadores, não foi adequadamente tratada.

Numa avaliação um pouco mais criteriosa, se percebe que os títulos e objetivos dos projetos tratam das questões levantadas neste impacto, notadamente a racionalização do uso de matérias-primas, uma vez que boa parte das propostas tra-

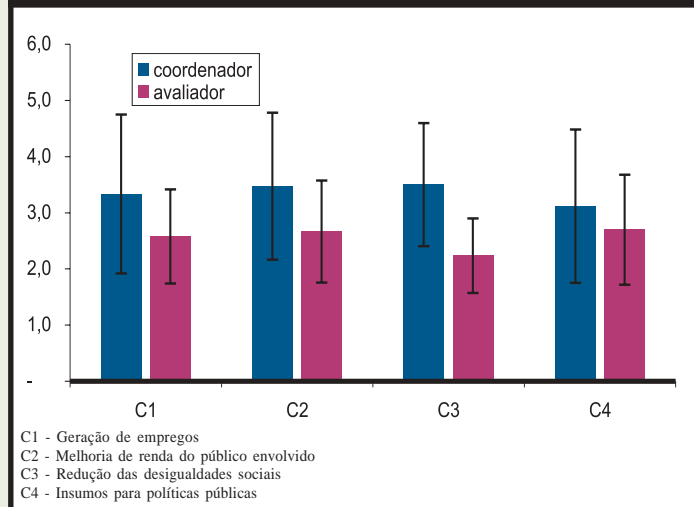
Impactos Tecnológicos



Impactos Científicos



Impactos Sociais



ta da confecção de rações mais apropriadas, com redução na geração de resíduos pelo melhor aproveitamento das mesmas. Sendo assim, as questões levantadas e respostas recebidas para este impacto parecem oportunas e estão dentro de uma lógica esperada.

Dentre os diferentes itens de impacto econômico, se destaca a preocupação com o desenvolvimento regional, não necessariamente pelo lançamento de novos produtos, mas pela melhoria da qualidade dos mesmos, agregação de valor a produtos e processos, com consequente melhoria de renda do público envolvido. Este edital não atraiu propostas relacionadas com o aumento das exportações, uma vez que a pontuação deste tópico foi baixa para os avaliadores e para os coordenadores.

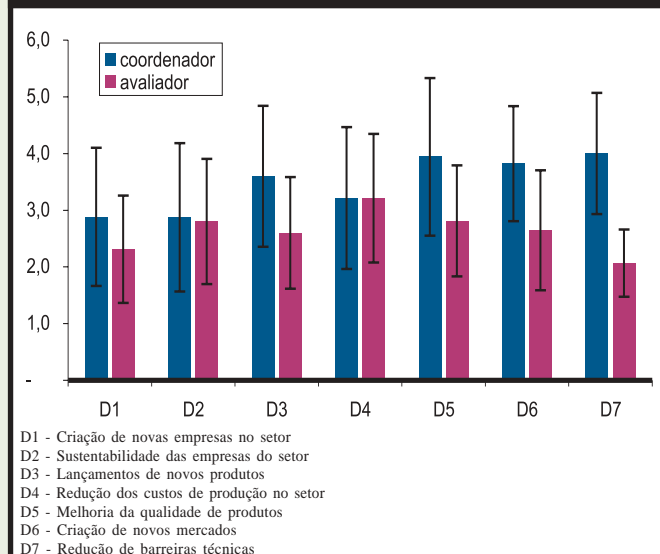
De forma geral, a preocupação com

a contribuição científica dos projetos foi a que mereceu maior atenção nos projetos avaliados pelos coordenadores; impactos ambientais, econômicos e tecnológicos também foram bem avaliados, menor ênfase ocorreu nos impactos comercial/industrial e social.

Observando-se a avaliação dos consultores, se percebe uma maior preocupação com as potencialidades tecnológicas dos projetos, seguida por questões ambientais e econômicas. Os impactos tecnológicos assumem apenas o quarto lugar de importância, para estes avaliadores.

Estes resultados poderiam, num primeiro momento, preocupar, pois as Ações Transversais têm por princípio a implementação coordenada e articulada de programas e projetos em confor-

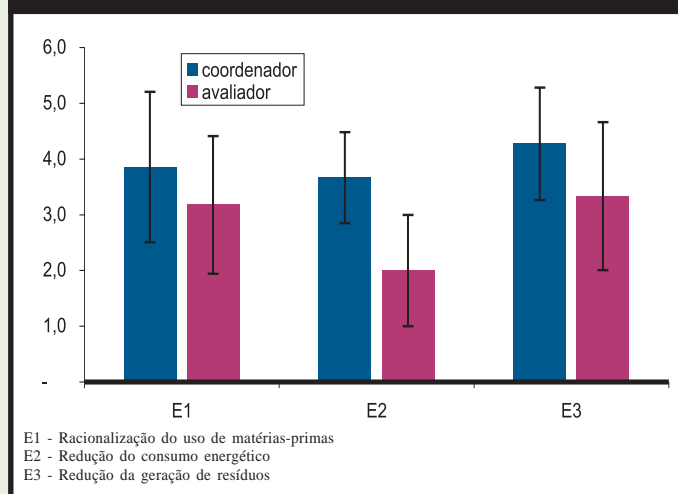
Impactos Comerciais/Industriais



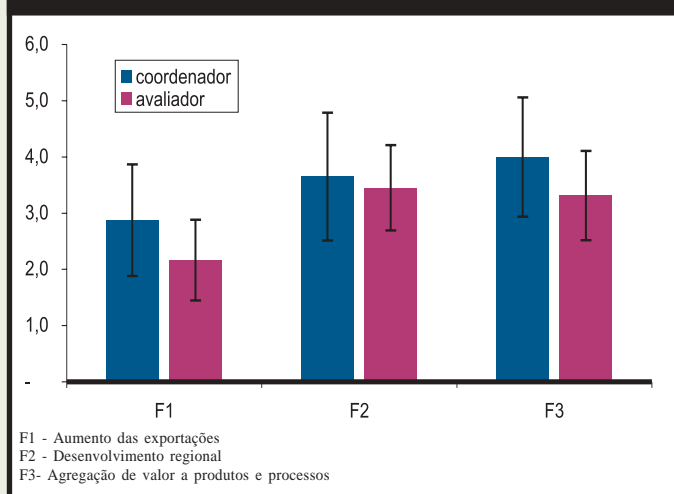
midade com os objetivos estratégicos do governo, contemplando diferentes áreas do conhecimento, setores e segmentos produtivos, compondo projetos estruturantes, por meio da aplicação de recursos de diferentes Fundos. Portanto, estes Fundos se tornaram importantes instrumentos de fomento público das atividades de CT&I que, além de injetar novos recursos no sistema, promovem o fortalecimento da parceria entre os setores públicos e privados, financiando projetos seja de viés científico ou tecnológico, mas de clara conotação aplicada, voltados ao atendimento dos anseios sociais.

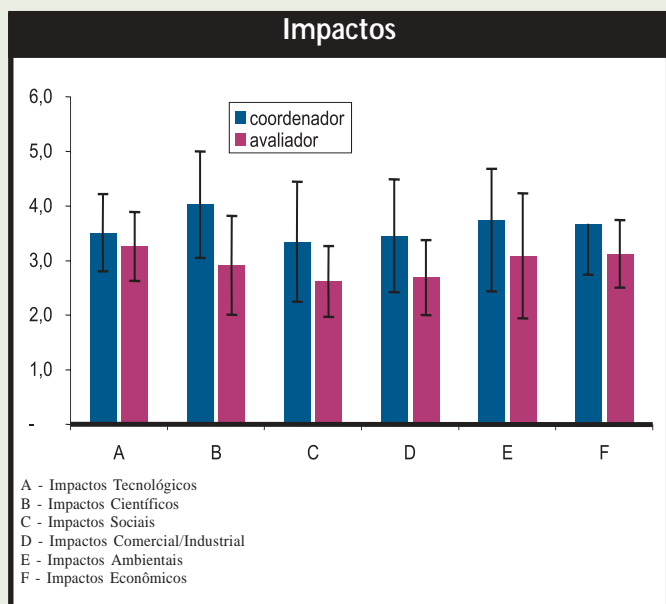
No entanto, será percebido no próximo tópico que, embora alguns destes potenciais não tenham sido, comparati-

Impactos Ambientais



Impactos Econômicos





vamente, os mais elevados, refletiram, na prática, um adequado atendimento às demandas dos Fundos.

Das vinte propostas avaliadas, apenas uma não preencheu pelo menos um tópico referente à Matriz de Indicadores de Resultados.

Cerca de metade dos projetos avaliados citou produto tecnológico e tecnologias geradas como adequados indicadores, com uma média de 2 produtos e

tecnologias gerados por projeto. No entanto, apenas seis entre vinte coordenadores indicaram que estas tecnologias estavam sendo transferidas para outros setores da sociedade. Neste caso, parece estar havendo uma lacuna entre o bom potencial de transferência de tecnologia, com o efetivamente transferido. Talvez, isto se explique, conforme já discutido, pelo perfil preponderantemente acadêmico dos coordenadores, ainda pouco acostumados com práticas extensionistas. No entanto, ressalta-se a importância, por parte dos Fundos, de investimentos em ações complementares voltados à transferência de tecnologia. Uma vez identificados projetos com bons potenciais que conseguiram refletir na prática tecnologias e produtos de interesse, levantados a partir deste processo de avaliação e acompanhamento, pode ser feito algum esforço adicional visan-

do ao incremento à transferência.

do ao incremento à transferência.

Embora a quantidade de novos produtos gerados tenha sido elevada (309), foi oriunda de apenas seis projetos. Duas reflexões podem ser feitas: a primeira, referente à adequada compreensão do coordenador sobre o indicador de resultado questionado. Procurou-se identificar a quantidade de novos produtos diferentes, e não a quantidade bruta dos novos produtos. Este aspecto já está sendo aprimorado no instrumento.

Uma segunda reflexão se baseia na dificuldade de transformação de um produto tecnológico em um novo produto propriamente dito. Como apenas seis projetos indicaram a geração de novos produtos, parecem estar em acordo com as potencialidades levantadas pelos coordenadores, relativas aos diferentes projetos. Sendo esta uma reflexão não equivocada, mais uma vez, se nota a dificuldade do público contemplado pelos recursos deste Edital em transformar conhecimento científico/tecnológico em produtos. Novamente, medidas adicionais de estímulos à transferência podem ser tomadas.

Embora o número de pessoas capacitadas tenha sido baixo (18 citados por oito projetos), o número de empregos gerados foi bastante razoável (100 em 14 projetos). Estes valores parecem estar em desacordo com os valores apresentados no gráfico da página E-5, que re-

lata as boas potencialidades de difusão de conhecimentos e formação e capacitação de recursos humanos, e também no verificado para o impacto social, impacto menos bem avaliado, não refletindo a grande geração de empregos dos projetos. Na sequência das atividades de acompanhamento e avaliação, estas questões serão resolvidas.

Verificou-se uma elevada produção na área acadêmico/científica, expressa nas dissertações, teses, resumos e artigos científicos, entre outros. No entanto, a criação de novas empresas e a transformação do conhecimento em patentes foram pequenas. Embora não fosse objetivo deste Edital, o caráter inovador da proposta, expectativa de geração de produtos, processos ou serviços especializados e contribuição para o desenvolvimento sustentável da aquicultura fizeram parte dos critérios de maior peso no momento da avaliação dos projetos. Nos Editais mais recentes, este tipo de questão já faz

Matriz de Indicadores do Projeto: Formulário de Avaliação

FORMULÁRIO PADRÃO - Programa de Pesquisa Aplicada e do Agronegócio

Serviços Disponíveis: Principal, Ferramenta do Coordenador, Ajuda, Buscar

RESULTADOS: ☐ Não Avaliados ☐ Avaliados

O CNPq poderá a qualquer momento solicitar a comprovação dos indicadores de resultados informados abaixo.

Indicadores	Quantidade	Indicadores	Quantidade
Produtos Tecnológicos		Certificados Patentes	
Tecnologias Transferidas		Pessoas Capacitadas	
Tecnologias Transferidas		Empregos Gerados	
Novos Produtos			

Indicadores: ☐ OFF ☐ ON

☐ Monitoramento de Inovação
☐ Patentes
☐ Novas Empresas
☐ Artigos Científicos
☐ Livros ou Capítulos
☐ Recursos
☐ Apresentação de Mostra
☐ Tiro de Arco
☐ Cursos Realizados

Lista de indicadores de resultado adicionados:

parte do formulário de submissão de propostas, realçando a importância destes temas, no momento da montagem da proposta.

No preenchimento da Matriz de Indicadores de Impacto das vinte respostas, apenas três responderam corretamente, quatro não responderam e treze responderam erroneamente. Dentre as que responderam de forma correta, pôde-se mostrar os indicadores e seus respectivos impactos.

O maior problema no preenchimento do formulário parece ter sido o preenchimento da matriz de indicadores de impacto.

Isto aconteceu provavelmente devido a dois problemas. A geração de indicadores é uma prática, que, embora seja de fundamental importância para a atividade de gestão em C&T, ainda é uma preocupação pouco comum em atividades e projetos acadêmicos, traduzindo-se em dificuldades na hora da identificação e do preenchimento dos mesmos, mesmo estando apoiados pelo tópico ajuda.

Sabendo disso, o formulário de submissão de proposta já deveria conter itens referentes aos diferentes indicadores, para preenchimento do Coordenador, forçando a reflexão prévia sobre o

assunto, mesmo antes da submissão da mesma. Além disso, o formulário eletrônico de avaliação deveria ser auto-explicativo ou somente permitir seu preenchimento após acesso ao tópico específico de ajuda, forçando o coordenador a ter contato com os diferentes exemplos, dissipando alguma dúvida, uma vez que somente três souberam enumerar os diferentes impactos, 13 tentaram, mas de forma equivocada e quatro deixaram em branco. Os técnicos envolvi-

dos no processo já estão trabalhando nisso.

CONCLUSÕES

De forma geral, os projetos avaliados deste Edital apresentaram resultados satisfatórios, atendendo às diretrizes do Fundo Setorial do Agronegócio.

O formulário de avaliação pareceu ser um mecanismo adequado para aquilo que se propôs, necessitando de alguns ajustes, principalmente no que tange ao preenchimento da Matriz de Indicadores.

Destaca-se a importância da utilização deste instrumento de avaliação durante a metade da execução dos projetos (acompanhamento), em que, após a identificação de eventuais problemas, ainda é possível uma correção de rumo que permita a adequação aos objetivos originais aprovados.

Ações complementares de acompanhamento e avaliação se fazem importantes, como visitas aos projetos, que devem ser realizadas por amostragem diferenciada, utilizando como critérios aqueles projetos que foram muito bem e os muito mal avaliados, distribuição regional, valores financiados, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção da publicação deste modelo de acompanhamento e avaliação neste presente momento, visa, além de tornar público os resultados do Edital CT-Agro/MCT/SEAP-PR/CNPq nº 02/2003 como estudo de caso, externar que este instrumento de análise é passível de críticas e sugestões do usuário desta Agência, envolvido com a Ciência, Pesquisa e Tecnologia e Inovação, no sentido de buscar o seu aprimoramento técnico para, assim, melhor atingir seus objetivos (críticas e sugestões podem ser enviadas para o endereço eletrônico: cgapb@cnpq.br).

O lançamento deste modelo representa, portanto, um marco no processo de tornar cada vez mais públicos os resultados dos projetos implementados e coordenados pelo CNPq em todas as áreas de conhecimentos com recursos do Fundo Setorial do Agronegócio, já a partir do exercício de 2004 e 2005, fazendo com que esta prática seja, doravante, adotada para os exercícios futuros.

Lista de indicadores de resultados adicionados pelos coordenadores

Indicador	Número de projetos*	Quantidade
Dissertação de mestrado	9	11
Resumos	16	34
Artigos científicos	11	14
Livros ou capítulos	3	4
Monografia de graduação	9	12
Tese de doutorado	5	5
Cursos realizados	5	7
Novas empresas	1	1
Patentes	1	1

* Obs: O número entre () indica a quantidade de formulários em que aparece repetida a citação

Matriz de indicadores de impactos adicionados pelos coordenadores

Projeto	Indicador	Unidade	Situação inicial	Final	Resultado
1	Crescimento de juvenis	mm	21	25	Esperado
	Sobrevivência	%	20	42	Esperado
2	Espécies utilizadas na produção do CPP artesanal	Unidade	03	07	Esperado
	Teor de gordura final no produto	%	8 a 10	5 a 8	Esperado
	Concentrados protéicos de pescado aceitos na merenda escolar	Número	0	04	Esperado
3	Aumento da produtividade de fêmeas no cativeiro	Ovos/desova	70.000	100.000	Alcançado
	Aumento da taxa de crescimento de juvenis de camarão	Gramas/semana	0,7	1,2	Alcançado
	Diminuição do uso de cistos de Artemisia na larvicultura de camarão	Kg de cistos/milhão de pós-larvas produzidas	4	2	Alcançado



Longa vida cresce em São Paulo

MARIO ANTONIO MARGARIDO ¹
VAGNER AZARIAS MARTINS ²

De 1990 a 2002, a taxa de crescimento do consumo de leite longa vida foi de aproximadamente 30% ao ano, face à sua praticidade, capacidade de estocagem e a um marketing muito bem feito ante a ausência do leite pasteurizado na mídia.

A maior participação dos supermercados nas vendas de leite longa vida se deve:

1. Às inovações tecnológicas intro-

duzidas na sua elaboração, principalmente em relação à embalagem. Como o produto pode ser estocado por longo período sem refrigeração, foi reduzida a necessidade dos consumidores de se deslocarem diariamente para adquirir leite fluído.

2. Às próprias mudanças na estrutura do setor varejis-

ta da cidade de São Paulo. Os supermercados oferecem maior variedade de produtos. Com isso, o consumidor faz as compras num único lugar, com maior economia de tempo.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIEPE), relativa a

São Paulo: venda de leite longa vida

Local	Participação %
Supermercados	82,11%
Padarias	13,82%
Outros	4,07%

Fonte: POF/FIPE

1998/99, aponta que, entre os leites fluídos, o leite longa vida responde por mais de 60% do mercado. No seu consumo, a participação do tipo integral é de 82,12%, enquanto a do desnatado é de 13,82%. As demais categorias somadas, nas quais se incluem os leites semidesnatado, *diet*, *light*, com ferro integral e fortificado, totalizam apenas 4,06%.

Na determinação da participação de mercado, são utilizados índices de concentração para obter indicadores do nível de concorrência. Quanto maior o valor do índice de concentração, menor é o nível de concorrência entre as empresas.

Já o poder de mercado pode ser representado pela participação de mercado de cada empresa em determinado mercado. Em linhas gerais, representa as vendas de determinada empresa em relação às vendas totais da indústria

variam entre $1/n$ e 1, sendo que n é o número de empresas no mercado. Quando o índice assume valor igual a 1, isso significa uma única empresa no mercado, ou seja, uma situação de monopólio.

Aparentemente, a concentração no mercado de leite longa vida na cidade de São Paulo é elevada. Mas sabe-se que os índices CR4 e CR8 não são os mais adequados, pois não são ponderados. Ambos não levam em consideração a participação de cada empresa e se restringem a uma parcela da população de empresas que participam do mercado.

Sendo assim, foi calculado o índice HH. O resultado mostra um grau de concentração pequeno. O índice assumiu valor igual a 0,13, ou seja, mais próximo de zero do que de um. Isso indica que o mercado de leite longa vida é concorrencial em função de suas próprias características. Trata-se de um

produto homogêneo, com alta substituíbilidade, ou seja, tanto a demanda quanto a oferta têm baixa elasticidade-preço, pois há diversas marcas no mercado.

Mesmo quando se toma um mercado relevante geograficamente, como toda a cidade de São Paulo, não se verifica barreiras relacionadas com os custos de transporte e distribuição.

Também não há restrições tarifárias e não tarifárias. Em função dessas características, os consumidores podem optar pela aquisição do produto a custos acessíveis em outras localidades. Para os produtores de outras regiões, ocorrem oportunidades para alocar seus produtos a custos acessíveis na cidade de São Paulo. Um quadro que contribui para elevar o bem-estar do consumidor. ■

¹ Economista, doutor em Economia Aplicada e pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

E-mail: mamargarido@iea.sp.gov.br.

² Estatístico, pesquisador científico do Instituto de Economia Agrícola.

E-mail: vagneram@iea.sp.gov.br.



Qualida

SANDRA MARA DE ALENCAR SCHIAVI ¹
FERENC ISTVAN BÁNKUTI ²
JOSÉ CARLOS DE TOLEDO ³

A busca por Gestão da Qualidade, pelas empresas, está cada vez mais associada ao alcance de posição competitiva, num mercado de concorrência acirrada e diante de consumidores mais exigentes. No caso específico da indústria de laticínios, a procura por vantagem competitiva se faz necessária, dadas as mudanças recentes ocorridas no setor.

Dessa forma, cabe às empresas se capacitarem para enfrentar a concorrência, atender aos requisitos legais e às exigências do consumidor e continuar no mercado. Na disputa pela preferência do consumidor, para

Vendas de leite longa vida na cidade de São Paulo

Quantidade de marcas	36
Participação da empresa líder	27,06%
Participação das quatro primeiras marcas - CR4	60,13%
Participação da empresa líder no CR4	45,55%
Participação das oito primeiras marcas - CR8	75,23%
Participação da empresa líder no CR8	35,97%

Fonte: POF/FIPE

em questão. Assim, quanto menor o número de empresas, maior será o poder de mercado de cada uma delas.

Entre os indicadores de concentração mais utilizados, estão o CR4 e o CR8, que representam a participação das quatro e oito maiores empresas do setor, respectivamente.

Outro indicador utilizado é o Índice de Hirschman-Herfindahl (HH), mais preciso pelo fato de atribuir maior peso para as empresas maiores, ou seja, é um índice ponderado. Quanto mais elevado o HH, maior será o grau de concentração e menor a concorrência entre as empresas. Seus valores



fotos revista Balde Branco

de em laticínios

Questões referentes à qualidade dos alimentos

Segurança: produtos livres de contaminantes ou de provocar riscos à saúde humana;

Atributos: fatores diferenciais e decisórios na escolha de produtos, tais como: padronização, marca, características organolépticas e nutricionais.

muitos segmentos, a qualidade desenvolve caráter importante como preço e serviço. Representa um critério essencial para a concretização da venda, além de contribuir para a redução de custos, pois auxilia na redução das perdas.

Este artigo apresenta comparativamente os resultados da aplicação de questionários elaborados a partir dos Sistemas da Qualidade ISO 9001:2000, Boas Práticas de Fabricação (BPF) e de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) em dois laticínios da região de São Carlos, no estado de São Paulo.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA EMPRESA

Ambas atuam regionalmente, em um raio de cerca de 150 km de distância. A inserção de produtos em mercados mais distantes é viável apenas para o leite UHT. Isso é explicado em razão de dispensar a re-

frigeração no transporte. Em geral, a capacidade ociosa é elevada.

Os canais de distribuição são praticamente iguais. Existe apenas um caso de exceção, e o diferencial se faz nas participações de vendas em cada canal que assume, no tipo de cliente.

ABORDAGEM DA QUALIDADE

Apesar de as empresas afirmarem prezar pela qualidade no atendimento à satisfação do cliente, percebe-se que ambas focam prioritariamente as exigências legais (segurança do alimento), nos requisitos do Sistema Federal de Inspeção e Boas Práticas de Fabricação (BPF).

Na parte dos programas voltados para a segurança do alimento e a Gestão da Qualidade, se constata algumas práticas além daquelas exigidas por lei. Uma das empresas demonstra maior atenção à qualidade da matéria-prima, com a realização periódica de visitas técnicas nos produtores rurais, devido a dois fatores:

- 1) ser empresa pequena, com maior facilidade de controle de seus fornecedores;
- 2) ter grande dependência da qualidade do leite cru, em função do tipo de produto comercializado (exemplo: refrigerados).

O leite UHT passa pelo processo de ultrapasteurização e aceita maior oscilação na qualidade da matéria-prima.

PROPOSTAS DE GESTÃO

A importância da busca e manutenção da qualidade do produto além da fronteira física da empresa de processamento, além de prática necessária, deve ser ressaltada em dois conjuntos de procedimentos:

- 1) na cadeia de produção fora do elo de processamento (indústria);
- 2) nos limites fora da planta produtiva, mas de responsabilidade da empresa processadora.

Características das empresas

Empresa	"A"	"B"
Capacidade de processamento	130 mil litros diários	20 mil litros diários
Capacidade ociosa	70%	50%
Produto	Leite UHT	Refrigerados (queijos e bebidas lácteas)

Mercado das empresas de laticínios: cliente e canais

Empresa	"A"		"B"	
Canal	Público-foco	% vendas	Público-foco	% vendas
pequeno varejo	B/C	30	C/D	38
supermercados	B/C	60	C/D	25
loja própria	B/C	5	A/B	5
vendas institucionais	B/C	5	C/D	—
venda direta	B/C	—	—	2
outras empresas	—	—	—	10

A gestão da qualidade para o leite e seus derivados assume importância, dada a perecibilidade do produto, seja como matéria-prima, seja como produto final, com destaque para dois pontos críticos:

1) A qualidade na coleta do leite: a importância do papel do carreteiro, responsável pela coleta, na preservação da qualidade da matéria-prima, deve ser melhor abordada pelas empresas, com:

a) Política de treinamento: conscientização dos carreteiros e colaboradores quanto à importância da preservação da qualidade da matéria-prima; com treinamento por meio de progra-

mas voltados à Gestão da Qualidade;

b) Revisão da política de remuneração: a remuneração por quilometragem incentiva os carreteiros a aumentarem o número de propriedades atendidas e a realizarem o serviço com maior rapidez e menor cuidado. Isso compromete a preservação da qualidade. Recomenda-se que uma política de remuneração leve em conta também a qualidade da matéria-prima, com pagamento de premiações;

2) A qualidade na distribuição do produto final: como depende de refrigeração, o transporte do produto até o ponto de venda merece atenção especial para a manutenção da

qualidade. As perdas por questões de qualidade devem ser investigadas e sanadas, a fim de construir e fortalecer a imagem da marca no mercado, além de reduzir custos. A proposta nesse sentido é:

a) Política de treinamento: esclarecer a importância dessa etapa e estimular a adoção de práticas em prol da qualidade, devido a dois principais fatores: i) tratar de produtos elaborados, com maior valor agregado e de elevado custo; ii) comprometer a imagem da marca no mercado.

Desenvolvimento de outros mecanismos de incentivos, diferentes da comissão por vendas. Evitar estímulos à aquisição de produtos, além da previsão de demanda, principalmente no caso de refrigerados. Produtos com prazo de validade vencido significam prejuízo para a indústria. Os vendedores devem ser conscientizados da correta utilização do caminhão refrigerado, sem desligar a refrigeração para economia de combustível, e evitar a lotação do caminhão acima da capacidade de refrigeração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito embora as empresas utilizem práticas de Gestão da Qualidade para garantir a segurança de seus produtos de maneira satisfatória, alguns problemas gerais relacionados com a Qualidade dos produtos são frequentes.

A não-sistematização e não-padronização de todas as etapas de processo, bem como a ausência de uma estrutura de incentivo aos funcionários, de atendimento a clientes e de estreitamento de relações com fornecedores, demonstram a existência de atitudes de caráter muito mais reativo do que pró-ativo por parte destas empresas.

A compreensão da qualidade deve abranger a qualidade ampliada do produto, tais como qualidade no uso, satisfação do cliente e qualidade da iguaria, e não exclusivamente a segurança do alimento. ■

¹ Sandra Mara de Alencar Schiavi - DEP/UFSCAR. Sandra@dep.ufscar.br

² Ferenc Istvan Bánkuti - DEP/UFSCAR. Ferenc@dep.ufscar.br

³ José Carlos de Toledo - DEP/UFSCAR. Toledo@power.ufscar.br

Empresas	"A"	"B"
Atitude para a qualidade	Postura reativa, sem a preocupação de evitar o problema	Palestras periódicas
Ações para a qualidade	Atender a exigências legais	Atender a exigências legais Palestras bimestrais e cursos (5S; BPH)
Sistema de informação	Deficiência na comunicação interna Canais de comunicação com clientes	Comunicação interna estruturada, mas informal Enfoque na segurança de alimento
Qualidade no processamento	Atende às normas do SIF e do manual BPF Aferição de equipamentos Inspeção da matéria-prima e produto final	Atende às normas do SIF e do manual BPF Controle no recebimento de leite Aferição dos equipamentos Matérias-primas de empresas certificadas Substituição de matérias-primas de menor custo
Qualidade na logística	Contaminação na coleta Deterioração no transporte Leite UHF sem refrigeração na distribuição	Contaminação na coleta Deterioração no transporte Leite UHF com refrigeração na distribuição
Relação com fornecedores	Inexistência de parcerias Sem resultado em qualidade	Visitas técnicas semestrais Fornecimento de tanque de resfriamento em regime de comodato Falta de atenção aos fornecedores
Relação com clientes	Limitada à venda do produto Inexistência de parcerias Satisfação relacionada à segurança do alimento	Limitada à venda do produto Inexistência de parcerias Conflito no varejo (responsabilidade por produtos deteriorados)
Qualidade gerencial	Falta comprometimento da alta administração	Envolvimento da alta gerência

Depois dos furacões

EVARISTO MARZABAL NEVES*

Mal terminada a contabilidade dos estragos provenientes das passagens avassaladoras dos furacões, surge outro poderoso, o Wilma, que só perde em devastação para o Andrew, em 1992. Tudo para diminuir ainda mais a expectativa de recuperação de uma safra já penalizada e reduzida na temporada passada.

Na região caribenha e no Golfo do México, o Wilma foi o 12º furacão a se formar em 2005, e o 13º, a tempestade tropical Alfa, se dissipou rapidamente, mas atingiu o Haiti, provocando mortes. Importante: há mais de 150 anos não se registrava a ocorrência de mais de 12 furacões numa só temporada.

E os reflexos estão aí. Desde 1998, os preços do suco concentrado não atingiam na Bolsa de Nova York tão altos patamares. No balanço de outubro, o suco liderou ganhos no exterior, com a maior valorização entre as principais *commodities* agrícolas transacionadas pelo Brasil no exterior. A variação alcançou 12,95% em outubro sobre setembro e, no ano, elevação de 29,65%.

A projeção no início de outubro era de uma colheita próxima a 190 milhões de caixas. Isso já comprometia a esperada recuperação da colheita, depois da frustrada safra 2004/05, de apenas 149,6 milhões de caixas. Agora, a Flórida Citrus Mutual anuncia perdas de US\$180 milhões na citricultura, com redução de 17% na

produção de citros, ao redor de 170 milhões de caixas.

As perdas e os danos técnico-econômicos provocados pelas tempestades tropicais não ficam apenas no arranque, danificação e encharcamento e inundações de pomares. Os fortes ventos e as tempestades ajudam a disseminação de doenças, como a detecção de *greening*, a partir dos pomares domésticos de Miami.

A passagem dos furacões apresenta reflexos indiretos para o Brasil, uma vez que ao redor de 70% da sua produção vai para a União Européia. Certamente, favorecerá o cres-

cimento das receitas com as exportações, como ocorreu na safra passada: venda de 1,411 milhão de toneladas e receita de US\$1,4 bilhão, segundo a Abecitrus.

A receita cambial não é melhor, devido à valorização do real que gera menor rentabilidade das exportações e causa reduções nos balanços financeiros de empresas exportadoras com preços atrelados às cotações internacionais, como o dólar.

A natureza não tem ajudado a citricultura norte-americana. Nos anos 70 e 80, inúmeras geadas provocaram queda na produção da Flórida. Com isso, a citricultura brasileira galgou o topo mundial, tanto em termos de produção de frutas como de suco, e na posição hegemônica das exportações de suco con-

centrado. Foi, porém, um período de pouco entendimento entre citricultor e indústria processadora. O estágio de calma só ocorria quando os preços internacionais do suco estavam em alta e rebatiam com bons preços internos.

Atualmente, as geadas são comuns na parte norte do Estado da Flórida. Se os pomares migraram para as regiões central e sul, ficaram mais vulneráveis às tempestades tropicais.

No Brasil, em especial, os agravantes fitossanitários, mais relevantes do que as condições climáticas, devem ser abordados de forma mais contundente e responsável, num esforço de parceria

público-privada. O *greening* está presente na citricultura brasileira, num momento em que o Brasil deve aumentar sua hegemonia nas exportações mundiais de suco.

Na moderna teoria da negociação, prevalece a agenda do "ganha-ganha". Parceria e alianças estratégicas são vitais hoje em dia. Tempo é relacionamento e a busca do consenso, não apenas dinheiro. A cadeia agroalimentar pressupõe que "nenhuma corrente é mais forte de que seu elo mais fraco".

O momento é propício para que produtores e indústrias se unam e compartilhem um planejamento estratégico para os próximos anos. Os furacões propiciaram vantagens comparativas e competitivas jamais auferidas para se estabelecer parcerias, operar com economias de escala e uma programação racional de investimentos no sentido de melhor partilhar benefícios e ganhos da hegemonia alcançada. O nosso maior competidor contabiliza perdas econômicas consideráveis e se defronta com um cenário de recuperação lenta, comprometida, no futuro, não mais pelas geadas, mas pelas repetidas e anunciadas tempestades tropicais. É hora de evocar J. Dickinson e submeter os agentes econômicos do setor à seguinte reflexão: "Unidos, ficaremos de pé; dividindo-nos, cairemos". ■

* Professor titular da ESALQ/USP. E-mail: emneves@esalq.usp.br

Greening ou huanglong-bing (HCB)

- É causado por uma bactéria *Candidatus liberibacter* e transmitido por um inseto vetor, o psilídeo *Diaphorina citri*;
- Considerada a doença mais devastadora do mundo;
- No Brasil: detectada em 89 municípios no Estado de São Paulo e 2 em Minas Gerais.

Furacões na Flórida (2004)

Charley - 13 de agosto
Frances - 05 de setembro
Ivan - 16 de setembro
Jeanne - 25 de setembro



Uma alternativa para a exploração da Amazônia

Se o Brasil não incorporar ao processo produtivo suas terras na Amazônia, para melhor atender à demanda internacional por alimentos, organismos internacionais serão tentados a fazê-lo.

O regime de concessões de terras públicas pode ter reflexo positivo na economia. A ocupação e grilagem são as causas dos conflitos rurais e de uma perversa distribuição de renda. Se privatizado, permaneceria somente o direito ao uso da terra, regido por uma

legislação adequada à sustentabilidade dos recursos naturais.

Ao limitar as concessões a associações de produtores, cooperativas e sociedades legalmente constituídas, acaba-se com a subdivisão da propriedade agrícola. Mantém-se e aperfei-

çoa-se a gestão de uma empresa rural mais extensa. A abertura de trabalho estreita e agiliza a parceria entre a empresa rural e os órgãos de pesquisas.

Uma grande empresa rural não entra em conflito com a exploração familiar extrativista, e os sistemas agroflorestais (SAFs) internacionalmente recomendados são importantes no emprego de mão-de-obra menos qualificada, que toca explorações como a sangria da seringueira e a respectiva coleta do látex, a colheita do cacau, chinchona, jambo, urucu, cupuaçu etc. Os dois modelos de exploração são complementares e ajudam o crescimento sustentado do País. ■

LUIZ MANUEL MARTINS DE FREITAS*

Amazônia Legal

Cerca de 75% da sua área é de terras públicas, das quais, 30% já são áreas protegidas. Os 13 milhões de hectares alocados inicialmente para a exploração florestal sustentada representam menos de 3% da área total. O desmatamento autorizado de 20% permitirá estabelecer até 2,6 milhões de hectares de pastagens e abrir caminho, ao final de 10 anos, para o plantio de até um milhão de hectares com arroz, soja e milho, para estabelecer uma alternância pasto-cultura de mínimo impacto ambiental.

Bases do plano

1. Blocos de cem mil hectares para a retirada de árvores adultas de valor econômico. Exigência de um levantamento planialtimétrico com os caminhos necessários à remoção das toras e identificação dos locais mais apropriados à construção de represas de terra.
2. Remoção seletiva de árvores e arbustos nas áreas de topografia plana e levemente ondulada, a iniciar pelos solos de melhor qualidade. Com a preservação das leguminosas nativas (kudzu, puerária etc.), deve-se introduzir gramíneas africanas (Brachiaria etc.), eficientes na assimilação de nutrientes. As árvores e os arbustos ajudam na preservação de predadores e inimigos naturais, minimizam doenças pela biodiversidade e protegem ainda os animais e as plantas dos rigores climáticos. Beiradas de água e nascentes serão respeitadas, como determina a lei.
3. Implantação de uma agricultura mecanizada manejada, a partir do plantio de arroz, soja, milho, algodão e girassol, com plantio direto. Ao término do ciclo agrícola, são estabelecidas forrageiras leguminosas fixadoras de nitrogênio e gramíneas mais nutritivas (Panicum e Pennisetum). O objetivo é a alternância cultura-pasto.

Duas ou três culturas poderão suceder no mesmo ano agrícola, para aproveitar a mais intensa e prolongada estação de chuvas da região. Sucessões como arroz e kudzu, soja e sorgo, e milho e guandu são viáveis,

produzem valiosa massa e mantêm o solo coberto durante a maior parte do ano.

A água superficial retida nas represas poderá ser usada na irrigação de culturas de maior valor econômico, como feijão, ervilha, tomate, batatinha etc.

A Amazônia depende da correção de seus solos e de fertilizantes nas culturas, para realizar seu potencial biológico num ambiente produtivo. Plantios superiores a mil hectares são comuns no centro-oeste e reduzem os custos de colheita por máquinas mais sofisticadas. Inicialmente, a rotação soja-milho pode ser a única economicamente justificável, bastando para isso usar o milho no preparo de rações para bovinos, suínos, aves e peixes, produtos com maior valor agregado, para enfrentar mais facilmente os altos custos de transporte.

4. Autorização para substituir até 80% da reserva florestal por arbustos e árvores de fácil comercialização. Da simples lenha (eucalipto, pinheiro etc.) à madeira de lei (mogno, teca etc.), extração (babaçu, dendê, seringueira, urucum etc.) e coleta de frutas e sementes tropicais (açaí, cacau, caju, castanha do Pará, cupuaçu etc.), para o posterior beneficiamento. Além de aumentar e diversificar as receitas, isso contribui certamente para um melhor e mais racional uso da força de trabalho.

*Engenheiro agrônomo pela Universidade Técnica de Lisboa e pós-graduação na ESALQ-USP na área de Solos e Nutrição de Plantas



Propostas para mitigar o desmatamento

JOHN N. LANDERS*

O problema de perda da biodiversidade é resultado do consumo da sociedade e do uso de tecnologia mais economicamente atrativa pelos produtores rurais, por meio do desmatamento, como meio de expandir a fronteira agrícola. Isto faz parte de um processo secular e difícil de reverter.

Há uma questão econômica: um produtor 'no vermelho' não pode cuidar do verde. A proposta é dar uma nova visão para o produtor rural, para engajá-lo como "Guardião dos Recursos Naturais", na conservação e preservação da natureza.

Trata-se de um conceito positivo e estimulador, que, se recomendado, poderá mudar a racionalidade econômica para o lado da intensificação do uso da terra, dentro da fronteira agrícola atual, sem

desmatamento e prejuízo para as exportações.

O Brasil é líder mundial em tecnologia agropecuária tropical e, especialmente, nas tecnologias de Plantio Direto, Integração Lavoura

x Pecuária e Fruticultura, Bovinocultura e Reflorestamento.

Existem três mecanismos de tecnologia para poupar áreas de vegetação nativa do desmatamento, sem onerar o orçamento da nação em médio prazo, pois trarão retornos econômicos.

FUTURO DA MADEIRA E DO CARVÃO

Para o pequeno agricultor, terras inclinadas e mão-de-obra de boa qualidade sub-utilizada são vantagens comparativas na produção de

madeira. O empecilho está na falta de capital de investimento para pagar um salário mensal até a colheita, com melhoria da vida rural. Já o carvão é mais suscetível de solução por meio de financiamentos específicos para reflorestamento.

O reflorestamento é uma atividade desejável, do ponto de vista do ambiente, porque implica em redirecionar a mão-de-obra do pequeno agricultor do ciclo vicioso de derrubada, queima e exaustão. Seu benefício ao meio ambiente deve ser reconhecido pela sociedade com a autorização de verbas públicas para este fim. Mas nos biomas da Floresta Amazônica e do Cerrado, as iniciativas não têm nem se aproximado do necessário para atender às demandas para madeira e carvão.

A criação de um mercado de futuros em madeiras e carvão brasileiros, de produção sustentável com selo verde, seria uma forma de financiar o reflorestamento, com espécies nativas ou não.

O governo brasileiro daria aval aos títulos de madeiras e carvão futuros, vendidos a países ou entidades privadas internacionais ou nacionais (siderúrgicas, no caso do carvão), dispostas a investir neste mercado. Isso pode representar uma solução viável, sem crítica do estrangeiro à sustentabilidade brasileira.

A sustentação dos preços mundiais da madeira e internos de carvão, face à escassez crescente de madeira natural e à exaustão da vegetação nativa do Cerrado, é um investimento atrativo para melhorar o perfil verde dos fundos de pensão, bancos e outros atores nos mercados em longo prazo.

Será necessário um seguro contra o risco de fogo e eventuais faltas de entrega, bancado pelo governo brasileiro. Uma virtual eliminação dos madeireiros clandestinos melhoraria a arrecadação. As madeiras de plantação, em áreas concentradas, com menor custo de extração, estariam mais perto das estradas asfaltadas. O pequeno produtor rural receberia uma proporção mais justa do

Declaração de Madri (2001)

"a conservação dos recursos naturais é a co-responsabilidade de todos os setores da sociedade - passado, presente e futuro -, na medida em que esses setores consomem os produtos oriundos desses recursos".

Benefícios para o pequeno produtor

- Financiamento para a produção de mudas;
- Salário mensal proporcional ao número de árvores ainda vivas;
- Assistência técnica paga com alíquota do valor futuro da produção.

Impactos

- Reflorestar áreas ambientalmente suscetíveis;
- Intensificar o uso da terra e elevar o retorno à mão-de-obra;
 - Manter os pequenos proprietários na área rural;
 - Substituir a madeira extraída de forma ilegal;
- Incrementar a arrecadação sobre madeira legalmente extraída;
- Gerar empregos para técnicos na assistência técnica do programa;
- Participar do mercado internacional de madeira sustentável.

valor da sua produção.

A iniciativa criará um freio ao êxodo rural dos pequenos produtores com menos de 100 hectares. Para

Estímulos via crédito

1. *Projeto*: avaliação rápida, feita por três técnicos independentes (1 agrônomo ou florestal, 1 ambientalista e mais um especialista na área do projeto).

2. *Juros, prazos e carência*: medidas para reduzir o custo real do empréstimo, determinadas conforme critérios para gerar impactos ambientais positivos.

3. *Projetos-piloto*: Integração Lavoura PD x Pecuária (bovino ou ovino seriam financiados a 50% de fundo perdido).

4. *Financiamento dos investimentos em projetos de Integração Lavoura PD x Pecuária (bovino ou ovino), com prazo de 15 anos a 6% a.a. e 5 anos de carência, com as seguintes condições*:

- Retorno à pastagem após um máximo de 3 anos;
- Período mínimo de 3 anos de pastagem após lavoura;
- Máximo de 8 anos de culturas durante o prazo do empréstimo;
- Financiamento adicional para cercas elétricas e aguadas no 3º ano;
- Financiamento adicional a partir do 2º ano, para cercas elétricas e aguadas, no ato de reconverter a lavoura para pastagem renovada;
- O custeio de lavouras seria normal, porém, ao dobro do limite atual para a área ou valores máximos a serem financiados;
- Não respeitadas essas condições, os juros voltam a 12% a.a. mais correção desde o início do contrato, e a carência se reduz a 3 anos;
- Para iniciar a IL x P, as seguintes atividades seriam elegíveis até um valor máximo: destoca; limpeza de juquia; calcário e gesso, fosfatagem básica, remoção de árvores isoladas com a reposição por espécies nativas, mediante plano de reflorestamento aprovado.

Nas áreas de reserva legal, será condição *sine qua non* para o tomador de empréstimo ter ou flexibilizar o seu registro averbação, mediante assistência técnica na implantação da sua recuperação.

não excluir posseiros do programa, a localização da plantação seria fixada com GPS, e a plantação, penhorada. A terra, quando transferível e arrendável, teria assunção dos gravames sobre a plantação. O ocupante legal da área reflorestada receberia um emolumento mensal.

Os recursos seriam financiados pelo fundo de futuros e amortecidos com certificados de futuro que o produtor receberia contra a entrega da madeira especificada. Devem ser feitos estudos para avaliar um pagamento atrativo para assistência técnica, a uma taxa de 2% do valor do custo de implantação e de 0,5% por ano do valor do futuro nos anos subsequentes.

O fundo de assistência técnica cobriria assistência a outras atividades de diversificação, sem financeiras. Uma visão geral da fazenda se incorporaria a explorações para a ocupação mensal da mão-de-obra. O plantio direto seria a prática recomendada para culturas anuais e perenes, para a perenidade do recurso água e o controle da erosão, com recuperação da fertilidade dos solos.

PRESERVAÇÃO

Para preservar a vegetação tropical nativa, a sociedade deve colocar um valor sobre essas áreas e pagar os serviços ambientais da intensificação do uso da terra, para evitar a abertura de novas áreas de vegetação nativa.

O sistema de Integração Lavoura de Plantio Direto x Pecuária pode expandir a produção de grãos e carne a um ritmo de 2% ao ano por 25 anos, sem desmatar. A adoção maciça desta tecnologia e de outros sistemas de produção sustentável, acoplada a uma proibição rigorosa de desmatamento, precisa de estímulos financeiros.

• Os países concedem um desconto nos impostos de importação a produtos brasileiros, proporcional à área de adoção da agricultura con-

servacionista em cada produto.

• Isso permitirá a formação de um fundo de organizações de produtores rurais (associações, cooperativas e fundações) de incentivo ao sistema de Integração Lavoura de Plantio Direto x Pecuária na região tropical, para mitigar o desmatamento;

• O fundo pagaria um incentivo por hectare implantado, correspondente ao custo inicial da conversão da pastagem em cultura, mais um crédito de médio prazo (2 anos de carência e 3 anos para pagar) para o capital de giro adicional necessário (aquisição de bois ou de máquinas).

• O incentivo teria um pagamento único, somente para novas áreas;

• Uma condição de qualificação será a regularização das reservas legais;

• O monitoramento seria de uma vez só, para reduzir o custo, quando comparado com rastreamento etc.

GUARDIÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Pela adoção de práticas benéficas ao meio ambiente e para a sociedade, o produtor rural deve receber incentivos, como parte dos valores economizados e recuperados da sua ação como guardião da natureza. Quando comparado, por exemplo, com o produtor que pratica o Plantio Direto, a sociedade urbana em geral é devedora.

Essas transferências de valores não constituem subsídios sob as regras da OMC, pois são oriundas de benefícios ambientais, já criadas e transferidas para a sociedade. É um pagamento para serviços ambientais sob o pressuposto de "pagar para preservar".

Caberá uma mudança fundamental na forma como a sociedade civil vê o produtor rural. Será necessário reconhecê-lo como o aliado de maior potencial para alcançar a preservação da vegetação nativa, mas sem condição de fazê-lo sozinho. ■

* Diretor da Associação de Plantio Direto no Cerrado, Brasília, e-mail: john.landiers@apis.com.br.

Regulamentação da lei

A Lei de Biossegurança (2.401/03), que regulamenta os organismos geneticamente modificados – considerados a base da biotecnologia moderna – e o uso de células-tronco embrionárias, aprovada no início do ano pela Câmara dos Deputados e em março pelo Congresso Nacional, seguida de promulgação pelo presidente da República, ainda não foi regulamentada. Isso é motivo de preocupação por parte da comunidade científica e dos produtores rurais.

O adiamento da regulamentação está fixado até novembro, conforme estabelece o decreto do governo, podendo comprometer a safra deste ano e provocar uma nova onda de contrabando de sementes geneticamente modificadas. Em agosto, a Associação Nacional de Biossegurança (ANbio) divulgou manifesto contra a insegurança com o atraso na regulamentação da biotecnologia no Brasil. Há dois anos, o País vive momentos de insegurança e incertezas no setor.

As regras, normas, resoluções exigidas por diferentes ministérios inviabilizam qualquer possibilidade de planejamento estratégico e incentivo para a pesquisa em um segmento fundamental para o País, como o da tecnologia do DNA recombinante. O número de teses de mestrado e doutorado na área diminuiu vertiginosamente, com as universidades públicas redirecionando suas pesquisas para áreas com maior estabilidade.

Além da questão das células-tronco, estão parados os processos biotecnológicos, alternativas para problemas em diversos setores:

- No de meio ambiente, alternativas que possibilitem menor erosão de solo e uso de defensivos, economia de água, uso de solos inférteis;
- No da saúde, melhor qualidade dos

alimentos, soluções para prevenção de doenças órfãs e produção de alimentos nutracêuticos;

- Na economia do País, com o aumento da produção agrícola e maior competitividade no mercado internacional.

Há oito meses, se espera a regulamentação para a retomada das pesquisas que envolvem manipulação genética. Destituída pela nova lei, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), que autoriza todas as pesquisas de engenharia genética, só voltará a funcionar com a regulamentação.

Enquanto isso, mais de 500 projetos de pesquisa ocupam as salas da Comissão em Brasília e centenas de pesquisadores. No Paraná, segundo a CTNBio, existem hoje 321 experimentos em organismos geneticamente modificados. A demora do governo vai prejudicá-los, pois as licenças estão por vencer.

De acordo com a Associação Nacional de Biotecnologia (ANBio), uma organização não-governamental (ONG) que congrega instituições de engenharia genética, a demora na regulamentação da lei criou um vácuo legal no País. A CTNBio era uma estrutura que já funcionava há dez anos. O investimento em pesquisas de engenharia genética teve de ser interrompido. Os prejuízos são incalculáveis.

A demora atrasa ainda mais a possibilidade de acesso dos agricultores às novas tecnologias que poderiam ajudá-los a reduzir custos, usar menos defensivos e facilitar o manejo de suas lavouras, como ocorre nos países concorrentes do Brasil na agroindústria. Com a paralisação das pesquisas o País deixa de produzir patentes. Perde-se a possibilidade de ter propriedade intelectual de conhecimento para, no futuro, termos o risco de comprar. ■

Monsanto e sementeiras definem royalties

A pós longos meses de discussões, produtores de sementes e a multinacional americana Monsanto fecharam acordo sobre a cobrança dos royalties na venda de sementes certificadas de soja transgênica, com a tecnologia Roundup Ready.

A minuta será usada como modelo para os contratos individuais assinados pelas sementeiras e só terá efeito para na comercialização de sementes na safra 2005/06. Para os ciclos seguintes, haverá novas rodadas de negociação.

O valor dos royalties ficou em R\$0,88 por quilo de semente certificada, sendo que os produtores podem estabelecer preços finais aos agricultores por meio de descontos na parcela que retêm a título de margem e remuneração pela operacionalização do sistema de cobrança.

As indústrias sementeiras também confirmaram sua intenção de cobrar dos produtores R\$0,50 por quilo de semente certificada. Também ficou fixado o pagamento de um bônus de R\$20 por hectare aos produtores que multiplicarem sementes na safra 2005/06, visando à comercialização no ciclo seguinte.

O acordo prevê regras para a venda de sementes certificadas. No caso das sementes não-certificadas (ilegais ou salvas pelos produtores de safras anteriores), a Monsanto quer manter o sistema de cobrança de indenização de 2% sobre o valor da produção de grãos, mas precisa fechar acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e Associação dos Cerealistas.

Segundo dados da Associação Brasileira de Sementes, a oferta de sementes certificadas para safra 2005/06 é de 3 milhões de sacas, suficientes para o plantio de 3 milhões de hectares – ou 30% da previsão de área a ser plantada com transgênicos. A entidade estima em R\$60 milhões os royalties com as vendas dessas sementes, excluídas as indenizações sobre as sementes salvas pelos produtores.

Processo de certificação

ROBERTA M. ZÜGE *

Os processos de avaliação da conformidade e certificação voluntárias são um diferencial competitivo no mercado. O fornecimento de produtos com mais qualidade aumenta a satisfação do cliente e facilita a venda e introdução do produto em novos mercados. Isso é mais perceptível pela indústria.

Os consumidores dos países desenvolvidos, mais criteriosos no momento da compra, exigem a comprovação de origem e qualidade dos produtos, por meio do processo de certificação. Apesar de a certificação constituir uma agregação de valor e um diferencial para distinguir o produto junto aos consumidores, muitos produtores a enxergam como encarecimento de custos.

Na União Européia e nos Estados Unidos, algumas normas foram desenvolvidas, como o USGAP e EUREPGAP, ambas aceitas apenas regionalmente,

sem contemplarem a qualidade intrínseca do produto, mas, sim, o sistema de produção.

O primeiro processo de avaliação da conformidade no Brasil, com credenciamento de organismo acreditador reconhecido em fóruns internacionais, na área do agronegócio, foi a Produção Integrada de Frutas (PIF), capitaneada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade (INMETRO).

A Organização Internacional para a Luta Biológica (OILB) definiu a PIF para a produção econômica de frutas de qualidade com a mínima aplicação de agroquímicos, preservação do meio ambiente e garantia da saúde humana.

A produção integrada (PI) foi iniciada na Europa na década de 70, para ser utilizada em frutíferas de clima temperado, com redução de agroquímicos. O Manejo Integrado de Pragas (MIP) enfocava somente as pragas, sem recomendações sobre práticas de manejo do solo, água, plantas, doenças e pragas. Era um sistema incompleto para obter metas de sustentabilidade da atividade frutícola. Para as outras cadeias produtivas, o MAPA, baseado nos conceitos do PIF, iniciou uma nova proposta, o Sistema Agropecuário de Produção Integrada (SAPI), com o objetivo de:

- Desenvolver metodologia e técnicas de manuseio desde a propriedade rural às gôndolas de supermercados para garantia da certificação;
- Identificação de origem e rastreabilidade dos produtos agropecuários

brasileiros;

O MAPA forma comitês técnicos para:

1. Elaboração e implantação do programa estratégico de capacitação de multiplicadores, técnicos, produtores e gestores;
2. Implantação do programa estratégico de integração entre os agentes da cadeia;
3. Geração, avaliação e validação das normas técnicas;
4. Criação, avaliação e validação da estrutura do sistema de certificação;
5. Produção de documentos técnicos, normativos e de protocolos.

O processo de certificação orgânica no Brasil teve início em 1978, a partir da Cooperativa Colméia (Cooperativa de Consumidores do Rio Grande do Sul). Em 1995, o Governo Federal constituiu o Comitê Nacional de Produtos Orgânicos (CNPO) com o intuito de aproximar as normas em nível nacional, com composição paritária entre o Governo e Organizações Não Governamentais (ONG).

O processo de certificação de produtos orgânicos se tornou compulsório, em dezembro de 2003, por meio de portaria estabelecida pelo MAPA. No entanto, os processos de acreditação de organismos de avaliação da conformidade estão suspensos pelo próprio Ministério. Atualmente, a acreditação de organismos de avaliação da conformidade está em transição para o INMETRO. O processo de certificação deverá ser no modelo preconizado pela PIF, com certificadoras acreditadas sob o ISO Guia 65, pelo organismo acreditador do Brasil.

O Brasil deve evidenciar as características de qualidade e sanidade de seus produtos. Assim, os programas de certificação merecem maior destaque no setor. Estas iniciativas contemplam o sistema produtivo, com garantias de manejo adequado, minimização dos impactos ambientais e bem-estar do trabalhador, aliados à qualidade e sanidade dos produtos. À medida que ganhem credibilidade de mercados, impulsionarão as exportações, em especial, dos mercados mais exigentes. ■

* Médica veterinária e doutora em produção animal

Como funciona o EUREP-GAP*

- Concebido por supermercados, na Alemanha, em 1997, com o objetivo de reduzir riscos, assegurar a qualidade e inocuidade dos alimentos, com a implementação das melhores práticas para uma produção sustentável social;
- É um sistema de gestão da qualidade, com a finalidade de melhorar os padrões dos produtos da indústria alimentícia;
- Modelo de certificação que obedece aos princípios de prevenção e análise de riscos (APPCC), agricultura sustentável, MIP;
- O processo de certificação deve ser realizado por um organismo de avaliação da conformidade (OAC), acreditado sob o ISO Guia 65, referente à certificação de produtos;
- Esquema global conduzido por um secretário do específico.

*EUREP - European Retailer Produce Working Group;
GAP - Good Agricultural Practices

Conformidade do agronegócio no Brasil

GRAÇA MARIA SIMÕES LUZ ¹ e SONIA MARIA MARQUES DE OLIVEIRA ²

Como os serviços tecnológicos ajudam as empresas a melhorar a performance nos mercados internacionais, é fundamental conhecer a demanda pelos seus diferentes tipos, detectar as possíveis deficiências e inexistências, promover o seu uso, bem como proporcionar subsídios para a definição de políticas de apoio ao desenvolvimento de uma infra-estrutura nacional.

A falta de competitividade dos produtos brasileiros não é somente uma questão de preço do produto. Atualmente, as normas técnicas funcionam como barreira à entrada de produtos em mercados rentáveis. O seu atendimento é feito mediante serviços tecnológicos específicos a cada produto e mercado.

No âmbito do agronegócio, devido à falta de normas referentes a produtos agrícolas e agropecuários, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tomou frente na definição de

parâmetros e normas referenciais para carnes, frutas e outros produtos agrícolas e pecuários. A matéria faz parte de um processo de discussão e aceitação, com a definição de Instruções Normativas. É uma forma de avaliação de conformidade compulsória.

Elaboração de normas, resoluções ou instruções normativas junto a órgãos e profissionais

- Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC);
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);

A importância do desenvolvimento da infra-estrutura tecnológica como suporte à atividade produtiva ficou mais visível, com a inserção competitiva e a necessidade do País de vencer as barreiras técnicas impostas pelo mercado internacional.

O sucesso das exportações nacionais de produtos perecíveis, como carnes e frutas, depende de manter e garantir a sua segurança

dos alimentos, por meio de uma rede de laboratórios e de mecanismos modernos de certificação e rastreabilidade.

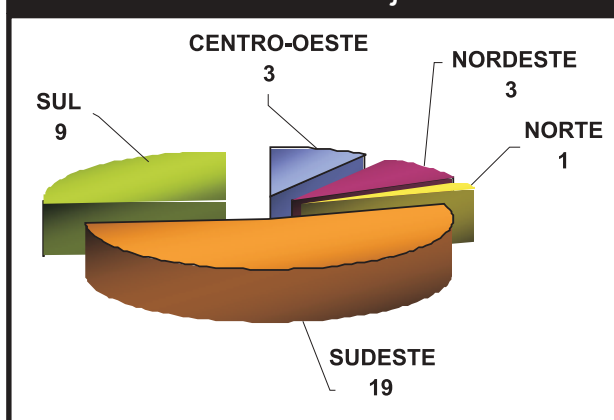
CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

No levantamento inicial dos laboratórios credenciados pelo MAPA, identificou-se a existência de 243 unidades executoras de serviços laboratoriais, distribuída entre as redes animal e vegetal, laboratórios oficiais ou credenciados.

LABORATÓRIOS PARA CARNE

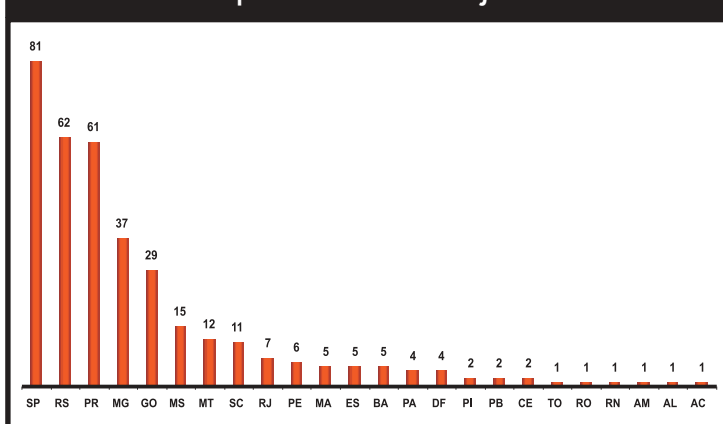
As 35 unidades executoras de serviços laboratoriais para executar ensaios e análises em carne estão distribuídas nas várias regiões do País. A maior concentração está na Região Sudeste, face à sua maior densidade econômica e industrial, além de uma infra-estrutura científica e tecnológica diferenciada. Na posição de liderança, o

Brasil: laboratórios de análises em soja



Fonte: MAPA

Distribuição estadual dos laboratórios credenciados para análises em soja



Fonte: MAPA

Serviços laboratoriais credenciados pelo MAPA

REDE	LABORATÓRIO	PRODUTO	ANÁLISE	Nº
ANIMAL	Credenciados	-----	Laudos	---
		Água / alimentos	Físico-químico	6
		Alimentos	Microbiologia	17
		Aves	Salmonelose	12
		Aves	Micoplasmose	13
		Aves (doenças)	Doença de newcastle	2
		Carne	Resíduo	4
		EETs (Doenças)	Histopatologia	6
		Rações	Físico-químico	1
		Suínos (doenças)	Doença de Aujeszky, peste suína clássica, brucelose e leptospirose	4
	Oficiais	Alimentos	-----	9
		Resíduos	-----	4
VEGETAL	Credenciados	-----	Micotoxinas	6
		-----	Diagnóstico fitossanitário	23
		agrotóxicos (resíduos)	-----	1
		Alimentos	Microbiologia	1
		Alimentos	Microscopia	2
		Soja e farelo de Soja	-----	12
		Agrotóxicos	Físico-químico	11
		Fertilizantes / corretivos / inoculantes	-----	4
		OGM	Quantificação	5
		Sementes	Sanidade	27
	Oficiais	Sementes	Análise	214
		Soja (OGM)	Imuno-cromatográficos (kit)	58
		Vegetais	Classificação	114
		-----	-----	6
		Fertilizantes/ corretivos / inoculantes	-----	7
		Sementes	Análise	35
		-----	Micotoxinas	1
		Soja e farelo de soja	-----	1

Fonte: MAPA

Estado de São Paulo detém 37% das instituições, seguido do Estado do Paraná, com 14%. A Região Sul vem em segundo lugar, seguida pelas Regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte. Nos laboratórios acreditados pelo INMETRO, MAPA e AN-VISA, as metodologias terão de ser unificadas, para efeito de comparar os resultados dos ensaios.

O MAPA tem 356 unidades credenciadas para executar serviços de análise e classificação em soja e seus derivados (óleo de soja, farelo de soja), incluindo, sementes, resíduos, OGM e agrotóxicos. O Estado de São Paulo concentra o maior número de prestadores de serviços laboratoriais. Apesar de terem ele-

vada produção, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul contam com um número insuficiente de oferta de serviços tecnológicos para ensaios e análises.

Como os laboratórios de ensaios são a base técnica para a certificação de produtos, os programas de avaliação de conformidade para o agronegócio devem levar em conta a infra-estrutura tecnológica existente no País, para atender aos requisitos técnicos do exigente mercado internacional. ■

¹ Doutora em Ciências da Comunicação

² Mestre em biblioteconomia

As autoras são consultoras do Instituto de Tecnologia do Paraná

SEGURANÇA DO ALIMENTO

Impactos

SYLVIA SAES ¹

MARCOS FAVA NEVES ²

FULVIA HESSEL ESCUDEIRO ³

Para proteger os consumidores, os governos ampliam as exigências em relação à qualidade e segurança do alimento. Os padrões internacionais recaem sobre os produtores dispersos nos cinco continentes e representam um desafio para os países em desenvolvimento.

O projeto Global Food Network - High Quality and Safe International Food Chains, que conta com a participação de 12 países latino-americanos, africanos e europeus, foi criado com o objetivo de montar uma rede internacional para congregar pesquisadores, organizações públicas e o setor privado em torno de questões relacionadas à qualidade nas cadeias alimentares.

Os pesquisadores do PENSA, na condição de coordenadores nacionais e regionais do projeto, desenvolveram o trabalho em três partes:

1. Inventário das regulamentações e dos agentes nacionais, com workshops em cada país;
2. Identificação das oportunidades de parcerias público-privadas, seguida de encontros regionais;
3. Elaboração de uma agenda conjunta de pesquisa entre os continentes.

No encontro internacional, realizado em Buenos Aires, entre 19 e 20 de maio de 2005, foi apresentado um panorama geral sobre as regulamentações internacionais de qualidade do alimento. Um esforço para entender as adequações necessárias para os países emergentes integrarem o comércio internacional e os principais desafios para elevar as exportações do Mercosul e Países da África para a

das regras internacionais

União Européia.

As informações exigidas são: manutenção das atividades da fazenda; variedade de sementes; características e rotação das cultu-

ras; mapeamento do solo e erosão; tipo, quantidade e aplicações de fertilizantes e defensivos; qualidade e oferta de água; registros pluviométricos, tipos, quantida-

des, planos de reciclagem para controle da poluição, segurança e bem-estar dos trabalhadores (primeiros socorros e treinamentos); questões ambientais (vida selvagem, biodiversidade); auditoria interna.

As Boas Práticas Agrícolas (GAP) contemplam o gerenciamento de pestes, *manure handling*, qualidade da água, sanidade do campo e do trabalhador, *post harvest handling*, transporte etc.

O HACCP é embasado por sete os princípios: 1) pontos críticos biológico, químico, físico; 2) identificação de pontos críticos de controle; 3) medidas preventivas com limites críticos para pontos de controle (mínimas temperaturas de cozimento, por exemplo); 4) monitoramento dos pontos críticos de controle; 5) ações corretivas quando o limite crítico não for atingido; 6) verificação quanto a se o sistema está funcionando apropriadamente; 7) registros para documentos do sistema.

Dentre os pré-requisitos para a implementação do HACCP, se destacam:

- Controle de suprimentos: GMP e programas de segurança devem estar presentes;
- Especificações: escritas para os ingredientes, produtos e materiais de embalagem;
- Equipamentos: princípios sanitários e lista de manutenção;
- Sanidade e limpeza: procedimentos devem ser escritos e seguidos;
- Higiene pessoal;
- Procedimentos documentados na segregação e no uso de químicos não alimentares;
- Estoque e transporte: sanidade e condições ambientais próprias;

As regulamentações internacionais

Codex Alimentarius

- Desenvolvido pela FAO e OMS, em 1963;
- Protege a saúde do consumidor e assegura um comércio mais justo;
- Programa padronizado de controle, com base no sistema HACCP;
- Não apresenta caráter obrigatório.

SPS Agreement

- Formulado pela OMC;
- Regras para um comércio justo, sem configurar um guia técnico;
- Apresenta caráter obrigatório.

Legislação Européia

- Elaborado pelos países da União Européia;
- Protege a saúde do consumidor e segue o sistema GAP;
- Apresenta caráter obrigatório.

Regulamentações privadas

Objetivos

- Criam e dão consistência aos padrões de abastecimento;
- Evitam falhas do produto;
- Eliminam auditorias múltiplas por partes distintas da cadeia;
- Oferecem suporte aos anseios dos consumidores e varejistas.

EUREP-GAP

- Baseia-se no sistema das Boas Práticas Agrícolas;
- Enfoque na produção primária da cadeia;
- Exige cumprimento de uma lista de itens;
- Apresentação de documentações para comprovar os procedimentos.

British Retail Consortium (BRC)

- Fundamenta-se no sistema HACCP;
- Regula as firmas processadoras de alimentos;
- Controla a produção pelos padrões ambientais, de produtos, processos e pessoal.

Safe Quality Food (SQF)

- Define elementos-chave do sistema HACCP e do ISO 9000;
- Normas distintas: setor primário (SQF 1000) e firmas processadoras (SQF 2000);
- Combina gerenciamento da qualidade e segurança do alimento com requerimentos para *tracking* e *tracing*.
- Em desenvolvimento, o SQF 3000, para regulamentar o varejo de alimentos.

Temas de pesquisa comuns aos três continentes

ÁFRICA

Uma das preocupações consiste em como conscientizar o consumidor nacional e o produtor sobre a qualidade e segurança dos alimentos, para viabilizar a produção de frutas e carnes sob os padrões internacionais.

Há ainda problemas de organização do ambiente institucional pelos agentes privados e públicos, desde a elaboração de padrões à inspeção do cumprimento das normas.

As ações devem se dar no sentido de:

- Organizar a inspeção nacional da segurança e qualidade do alimento;
- Formar parcerias de negócios entre entidades européias e locais de pequena escala;
- Fazer valer as regras e os padrões na produção em pequena escala;
- Unir produtores e empresas de grande escala para acesso no mercado internacional;
- Estimular o desenvolvimento de novos produtos;
- Elaborar sistemas de qualidade específicos para grupos diferentes de produtos;
- Construir uma zona exportadora para a produção de carne;
- Extrair nichos de mercado (frutas exóticas, carne orgânica, leite, produtos de peixes);
- Propagar uma imagem positiva da produção e exportação de peixes.

MERCOSUL

Unificar as normas sanitárias agrícolas e os padrões de rastreabilidade, entre os países membros, com a criação de uma marca para a produção sustentável.

Desenvolver uma padronização flexível para mercados domésticos e externos, para os consumidores internos não arcarem com custos elevados de padrões europeus. Face à baixa renda, uma parte da população dos países em desenvolvimento poderia não ter acesso a inúmeros produtos, caso os preços se elevassem.

Produto	Nº de produtores	Hectares	Toneladas
Maçã	211	13.196	461.860
Manga	187	7.025	172.221
Uva	104	3.042	61.263
Mamão	18	1.200	120.000
Citrus	95	2.038	37.065

Fonte: IBRAF (Instituto Brasileiro de Frutas)

Rebanho - milhões de cabeças	2003	2005
Certificados (1)	6	45
Total Brasil (2)	180	195
Produção Rastreada (1/2 %)	3,4	23,07

Fonte: www.paginarural.com.br e Instituto Gênesis

UNIÃO EUROPÉIA

Um dos principais desafios consiste nas diferenças perceptivas da qualidade dos produtos com distintas procedências pelos vários segmentos dos mercados e grupos de consumidores. Deve-se buscar a otimização entre o produto certo e o mercado certo.

Uma das estratégias é desenvolver nichos de mercado para frutas exóticas e produtores de peixes, assim como de cadeias de frio internacionais para carnes, com a inclusão de ativos e o gerenciamento de riscos. A adaptação de novas estruturas de governança em cadeias de alimento internacionais também é um ponto a ser aperfeiçoado.

Outras questões dizem respeito ao relacionamento com os países em desenvolvimento, quanto à delimitação dos efeitos dos padrões e legislação, à conciliação das diferenças nos padrões de rastreabilidade e à transferência de conhecimento e tecnologia.

- Rastreabilidade e recall;
- Treinamento: os trabalhadores devem receber certificado de treinamento.

CONCLUSÕES

Os consumidores se preocupam e querem mais informações sobre a segurança e qualidade do alimento. A comunicação sobre as características dos processos de fabricação passa a ser básica. As oportunidades surgem, à medida que uma ampliação da rastreabilidade ganha a confiança e a disposição dos consumidores, de pagar mais.

A prospecção de novos mercados a partir de produtos e materiais inovadores aparece como um caminho. A dificuldade advém de como diferenciar as novas mercadorias para o consumidor. Um desafio que envolve a capacidade de construir o conhecimento e disseminar as experiências.

Como a produção para um nicho de mercado ganha cada vez mais espaço, se torna importante a disseminação do conhecimento pela cadeia de alimentos. O monitoramento para garantir a segurança e a qualidade dos produtos se destaca como principal oportunidade.

Para os países produtores em desenvolvimento, a estratégia de direcionamento da produção para o mercado externo se depara com gargalos diante das demandas dos países desenvolvidos. A convergência dos padrões dentro e entre os países membros do Mercosul aparece como uma oportunidade para a diminuição dos problemas. Já nos países africanos, a oferta de alimentos seguros e com qualidade caminha para o desenvolvimento de códigos e padrões, junto com a ampliação da infraestrutura e distribuição. ■

Mais informações sobre o projeto podem ser obtidas pelo endereço eletrônico
www.globalfoodnetwork.com

¹ Professora da FEA/USP

² Professor da FEARP/USP

³ Aluna de graduação da FEA/USP

Quem é o consumidor de light/diet no Brasil

THELMA LUCCHESI¹, MARIO OTAVIO BATALLA² e JEAN LOUIS LAMBERT³

No Brasil, o consumo de produtos *light* e *diet* aumentou 5%, enquanto o número de domicílios compradores cresceu 19%, entre 2002 e 2004. Quando indagados sobre as razões da compra de produtos *light* e/ou *diet*, os consumidores apontam os seus "benefícios".

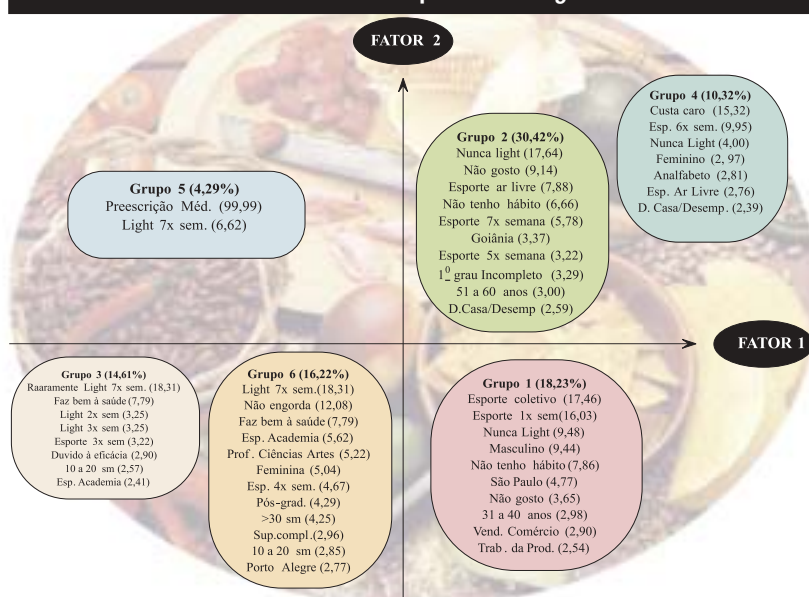
Cerca de três quartos das compras são realizadas pelas classes A e B. Porém, as indústrias do setor investem na diferenciação dos produtos e expandem as linhas de produção para conquistar os consumidores da classe C. O resultado é a maior oferta de alimentos com composição nutricional diferente nos diversos canais de distribuição.

Os estudos de mercado com base em dados das compras alimentares e das informações sobre características sócio-econômicas e sócio-demográficas dos compradores, ajudam a entender os hábitos de consumo de uma população.

Porém, essa ferramenta é limitada quando empregada para obter um quadro mais detalhado do comportamento alimentar dos indivíduos. A ingestão de produtos alimentares não pode ser considerada como um ato trivial e uma forma de suprir uma necessidade primária. A busca por explicações mais refinadas leva às investigações de ordens sociológica e antropológica.

Se os indivíduos são identificados socialmente por determinados hábitos alimentares, os alimentos são portadores da imagem de grupos sociais que os consomem (caviar, trufas, ovos etc). Como a identificação social é determinante nas práticas alimentares, é importante com-

Práticas alimentares de produtos *light* e/ou *diet*



Grupo Descrição das práticas alimentares

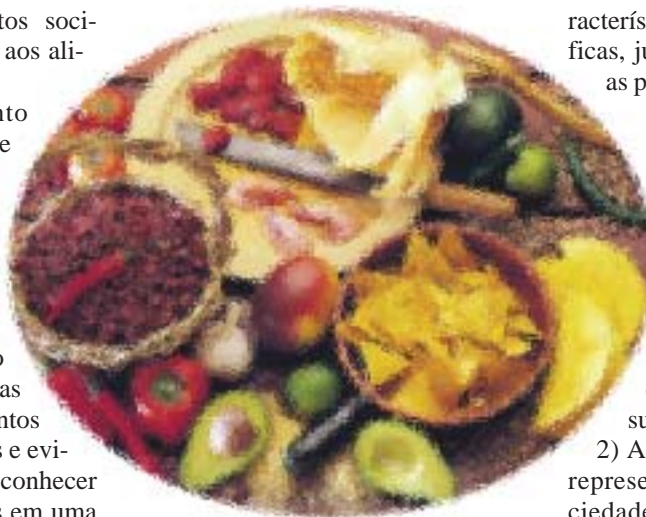
- | Grupo | Descrição das práticas alimentares |
|-------|--|
| 6 | <ul style="list-style-type: none"> Representa melhor os consumidores de produtos light e/ou diet; Consumo diário pela razão "não engorda" e "faz bem à saúde"; Pratica esportes em academia (até quatro vezes por semana); Altos níveis de renda e escolaridade, e mais representado por mulheres; Porto Alegre apresentou o maior número de consumidores. |
| 3 | <ul style="list-style-type: none"> Alta renda, consumo eventual, pois "fazem bem à saúde"; Dúvida da eficácia. |
| 5 | <ul style="list-style-type: none"> Baixa representatividade das respostas; Nicho de consumidores, devido à prescrição médica; Declara realizar um consumo diário. |
| 2 | <ul style="list-style-type: none"> Não consome e não gosta; Prefere realizar esportes ao ar livre, com frequência diária; Baixo nível de escolaridade (primeiro grau completo); Faixa etária entre 51 e 60 anos de idade; Representado por donas de casa ou desempregados; Goiânia apresentou o maior número de não consumidores. |
| 1 | <ul style="list-style-type: none"> Menor porcentagem de entrevistados não adeptos; Pratica esporte coletivo uma vez na semana; Representado por consumidores do sexo masculino; Não consomem por não gostarem e não terem o hábito; São Paulo apresentou o maior número; Faixa etária entre 31 e 40 anos; Vendedores do comércio e trabalhadores da produção. |
| 4 | <ul style="list-style-type: none"> Não consome devido ao preço elevado; Representado por mulheres que praticam esporte ao ar livre; Donas de casa e desempregados da cidade de Recife. |

preender os comportamentos sociais dos grupos em relação aos alimentos consumidos.

A ligação do alimento com saúde, forma física e prazer já foi empregada para analisar as práticas alimentares de franceses. Os discursos dos consumidores revelam citações de alimentos e práticas alimentares avaliadas como benéficas ou não. É o caso das declarações sobre os alimentos que deveriam ser ingeridos e evitados. É uma maneira de conhecer as normas sociais vigentes em uma sociedade.

Os estudos para melhor compreender os hábitos alimentares de uma população devem ser agregados aos dados sócio-econômicos e demográficos das características individuais de consumidores, informações sobre as interpretações sociais, culturais e simbólicas dos indivíduos sobre os alimentos consumidos. As sociedades dispõem de um sistema específico de classificação com relação aos alimentos (tabus, interdições, estímulos, precauções etc.).

As representações sociais dos grupos são organizadas de maneira não rígida, com a influência de "pensamentos mágicos" (*la pensée magique*). Segundo teóricos, o ato de nutrir deve ser analisado como uma conduta de grande intimidade. As pessoas integram em seus



corpos substâncias nutricionais comuns (proteínas, vitaminas, sais minerais etc.) e "características imaginárias".

O princípio da incorporação faz parte de uma discussão iniciada no século XIX, por antropólogos, na busca por compreender a influência de pensamentos chamados "mágicos" na escolha dos alimentos. Existem estudos para explicar o motivo de, em muitas culturas, o princípio de que "somos aquilo que consumimos" ser repetido com tanta facilidade. Um exemplo é a associação de características femininas ou masculinas a determinados produtos alimentares.

Pesquisa realizada em 2003, junto a 1600 consumidores brasileiros, em Porto Alegre, São Paulo, Goiânia e Recife, considerou o efeito de ca-

racterísticas econômicas e demográficas, junto com as culturais, sobre as práticas alimentares (a).

A análise de práticas alimentares, quando declaradas espontaneamente por consumidores, permite ao pesquisador a obtenção de informações interessantes, tais como:

- 1) As diferenciações sociais estabelecidas pelos indivíduos em relação ao consumo de certos alimentos;
- 2) A descoberta de sistemas de representação próprios de uma sociedade (comestível x não comestível, doméstico x selvagem, sagrado x profano, saúde x estética etc.).

Como conclusão, sugere-se que as investigações sobre as funções dos alimentos e representações sociais podem, no mínimo, auxiliar na realização de uma reflexão sobre a existência de diferentes condutas alimentares entre grupos de indivíduos com características individuais próximas. Com isso, teóricos e empresas do setor, para realizar análises mais eficazes e eficientes sobre comportamentos de consumo, deveriam estar atentos à generalização, normalmente, realizada por estudos de mercado quanto à definição rígida de perfis de consumidores de certos alimentos. ■

Análise lexical referente à questão "para você, o que é comer bem?" - de consumidores e não consumidores de produtos *light* e *diet*.

Grupo	Descrição do que seria comer bem
6	<ul style="list-style-type: none"> • Consumidoras preocupadas com a imagem do corpo; • Prioridade à forma física e à saúde; • Cita normas alimentares estipuladas por profissionais da saúde; • Aumento do consumo de alimentos ricos em vitaminas; • Diminuição do consumo de produtos ricos em gordura animal; • Comer bem, associado à alimentação balanceada.
3	<ul style="list-style-type: none"> • Duvida da eficácia de alimentos <i>light</i> e/ou <i>diet</i>; • Evidencia a prioridade em relação à saúde; • Alimento-prazer em citações de "comer bem é comer o que se gosta", complementadas por expressões referentes à preocupações com a saúde.
5	<ul style="list-style-type: none"> • Consumidores condicionados por normas médicas; • Preocupação em relação à saúde e citação de conselhos médicos.
4	<ul style="list-style-type: none"> • Não consumidores, com relação a alimento-sobrevivência.
2 e 1	<ul style="list-style-type: none"> • Não consumidores, com relação alimento-prazer. • Comer o que gosta e o "básico"(arroz, feijão, carne),.

(a) Financiada pela FINEP-MCT, inserida no âmbito de um acordo CAPES - COFECUB entre a Universidade Federal de São Carlos (Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais - GEPAI) e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pelo lado brasileiro, e a École Nationale d'Ingénieurs des Techniques des Industries Agricoles et Alimentaires (ENITIAA), pelo lado francês.

- (1) Doutoranda em co-tutela pela Universidade Federal de São Carlos e ENITIAA - Nantes/França); thelma.lucchese@gmail.com.
- (2) Professor adjunto do departamento de engenharia de produção da UFSCar; dmob@dep.ufscar.br.
- (3) Professor titular do departamento da escola nacional de engenheiros agrícolas e alimentares. École Nationale d'Ingénieurs des Techniques des Industries Agricoles et Alimentaires; lambert@enitiaa-nantes.fr.

Programa FGV Management

O agribusiness brasileiro
EXIGE Competência e gestão

Aprimore e desenvolva
seu **conhecimento** com o

MBA GESTÃO
ESTRATÉGICA
em **AGRIBUSINESS**



Contato: curso no Brasil
21 - 2559-5851
agribus@fgv.br



Um programa da EAESP

Contato: curso em SP
11 - 3281-3440
www.fgvsp.br/gvpec



Os efeitos da febre aftosa

FÉLIX SCHOUCHANA¹ e FABIANA S. PEROBELLI²

Em outubro de 2005, o Brasil se viu às voltas com o retorno da febre aftosa, e as expectativas dos agentes se alteraram de forma abrupta.

EXPECTATIVAS ANTES DO FOCO

Os preços do boi gordo apresentaram uma trajetória de elevação no período de 13 de setembro a 11 de outubro, como reflexo da entressafra e da menor oferta de animais para abate. O confinamento de animais, que abastece o mercado nesse período, teve queda, em função do custo elevado e de um baixo retorno da atividade.

O mercado futuro de boi gordo espelhava a elevação

dos preços, em função dos sinais de menor disponibilidade no físico. No dia 7 de outubro, os vencimentos de outubro, novembro e dezembro de 2005 fecharam a R\$61,49/@, R\$62,72/@ e R\$62,21/@, respectivamente. Em relação ao dia 1 de setembro, houve uma valorização de 21%, 20% e 19% para os vencimentos outubro/05, novembro/05 e dezembro/05, respectivamente. O quadro gerava oportunidades de preços de venda satisfatórios para os pecuaristas.

No período entre os dias 1 de setembro e 7 de outubro, o mercado de boi gordo fechou no limite máximo de oscilação diária, em três pregões. Com a mudança na volatilidade do mercado, a BM&F alterou o limite de oscilação dos preços de 3% para 3,5%, no pregão do dia 11 de outubro.

Os limites são definidos de acordo com o grau de oscilação dos preços no mercado à vista de um dia para o outro. Protegem os clientes que operam em bolsa. Nos mercados derivativos, quando o preço sobe, o vendedor fica devedor em ajuste diário, e o comprador fica credor. No caso contrário, o vendedor recebe o ajuste diário, e o comprador paga. Com a existência de um limite de oscilação máxima diária, os clientes conhecem a perda máxima numa operação em derivativos.

Os mercados com maior volatilidade, de maior amplitude de variação, têm um limite de oscilação maior. No caso do café arábica, o limite é de 9% ao dia. O boi gordo é considerado um produto "bem comportado", com limite de oscilação inferior ao dos demais produtos.

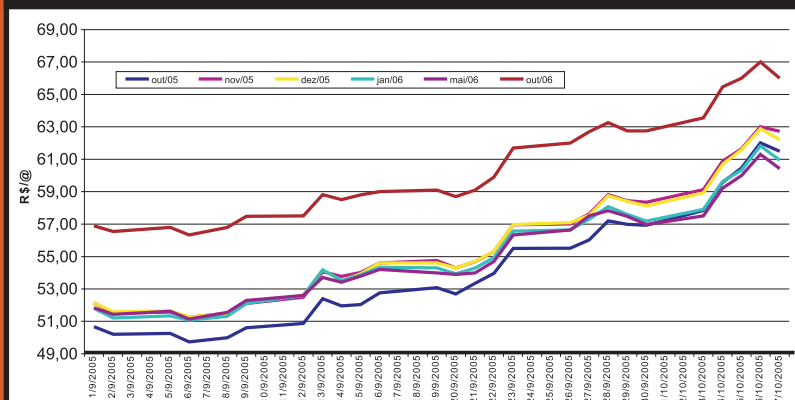
A REAÇÃO À DESCOBERTA

A partir do dia 10 de outubro, os preços tiveram a influência do foco de aftosa e entraram em trajetória de queda. Diante da impossibilidade de exportar, a produção de carne do Mato Grosso do Sul ficou dirigida para o mercado interno.

Nos contratos com vencimento em outubro, novembro e dezembro de 2005, os preços da arroba fecharam a R\$59,65, R\$60,84 e R\$60,35, no limite de baixa de 3%. Nos pregões dos dias 11 e 13 de outubro, o mercado encerrou no limite de baixa de 3,5%. E os vencimentos outubro, novembro e dezembro de 2005 fecharam, respectivamente, em R\$55,56, R\$56,67 e R\$56,21.

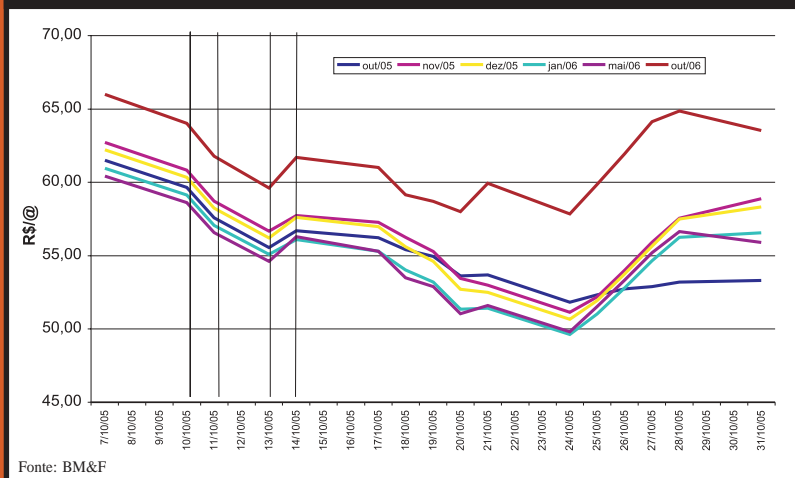
A bolsa tem uma regra estabelecida no Ofício Circular 147, de 1994, que foi utilizado no mercado de boi gordo. Quando um mercado apresenta fechamento no limite de alta ou de baixa, na mesma direção, por três pregões consecutivos (mesmo que em um

Evolução dos preços futuros entre os dias 1 de setembro e 7 de outubro



Fonte: BM&F

Evolução dos vencimentos futuros no período de 7 de outubro a 1 de novembro



Fonte: BM&F

único vencimento), o limite será estendido em 50% no pregão seguinte.

Se nos três pregões, com o limite estendido, o mercado não fechar no limite de alta ou de baixa, o limite retorna automaticamente para o patamar anterior.

No dia 14 de outubro, foi aplicada a regra do Ofício Circular 147 e o limite de oscilação diária foi estendido em 50%, passando a 5,25% para mais ou para menos. A ampliação deste limite foi benéfica para o mercado, pois os compradores que há três dias presenciaram um ajuste negativo de 10% tiveram a oportunidade de sair do mercado. Assim, a ampliação dos limites criou a possibilidade de os compradores encerrarem sua posição em bolsa. O mercado fechou numa alta de 2%. Como nos três pregões com o limite estendido não foi atingido o limite de oscilação máxima diária, o mesmo retornou para 3,5%.

O mercado se manteve em trajetória de queda, ajustando-se aos novos fatos: confirmação de focos no Mato Grosso do Sul, suspeita no Paraná e o número de países que bloquearam as importações de carne.

Nos pregões dos dias 25, 26 e 27 de outubro, os vencimentos futuros recuperaram e fecharam em alta de 3,5%. Um reflexo das dificuldades dos países importadores em deixar de comprar carne brasileira.

Como o Brasil é o maior exportador de carne bovina e responsável por 26% das exportações mundiais, segundo dados da FAO, se sofrer um embargo mundial à carne, haverá um déficit de oferta e uma elevação dos preços internacionais de carne bovina, com inflação nos países compradores.

Rússia e Egito, embora estejam abastecidos, voltarão às compras em janeiro. O Brasil terá dificuldades de exportar para a União Européia, em razão principalmente da pressão de seus produtores. Mas a partir de janeiro de 2006, os demais compradores continuarão a comprar carne do Brasil e o embargo ficará limitado à área onde os focos foram encontrados.

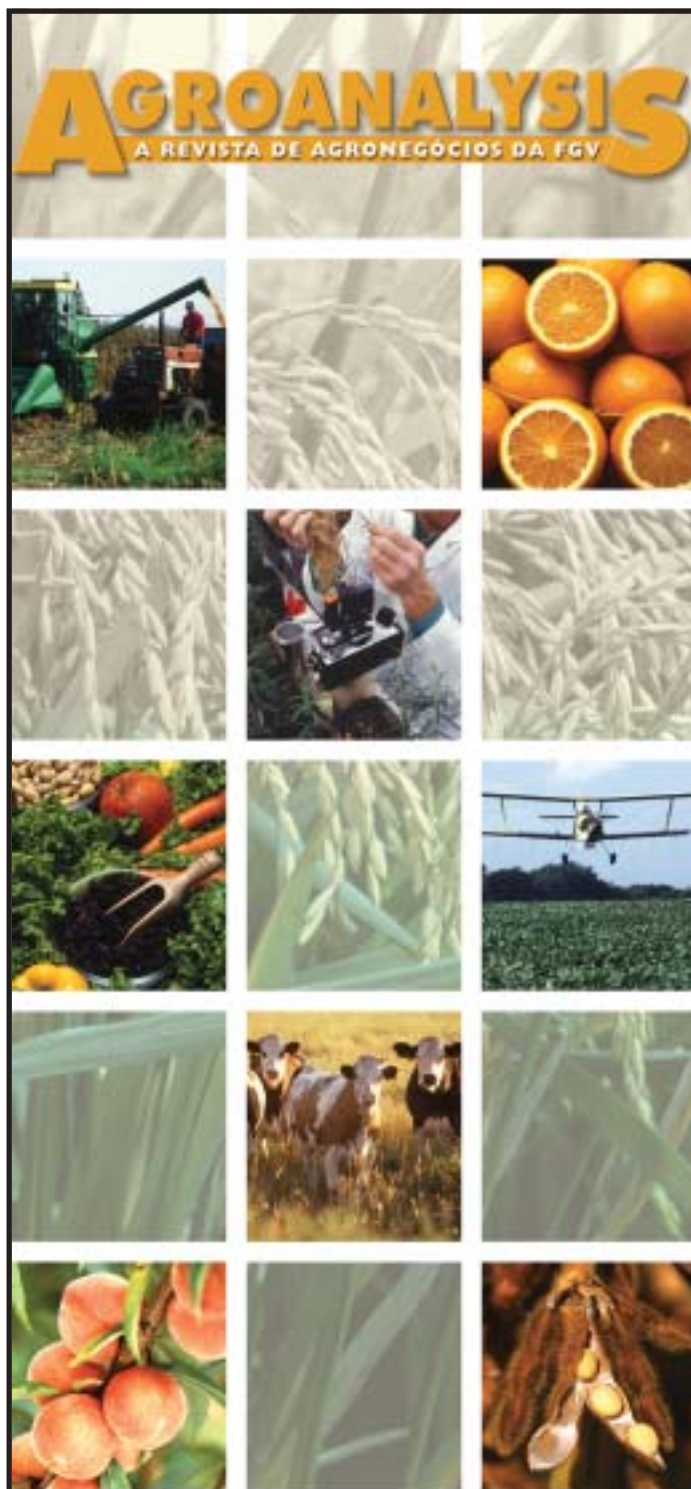
Em função de o mercado ter fechado no limite, agora de alta, por três pregões consecutivos, a Bolsa novamente aplicou o princípio do Ofício Circular 147. Como o limite foi novamente estendido para 5,25%, os compradores encontravam liquidez para encerrar suas posições.

No início de novembro de 2005, o mercado futuro sinaliza a fotografia de preços em trajetória declinante da arroba na conhecida época da safra, de R\$57,65 para 30 de novembro de 2005 a R\$ 54,70 em 31 de maio de 2006. Para a entressafra, o mercado futuro sinaliza preço em ascensão, de R\$59,00, em julho de 2006, para R\$62,70, em dezembro de 2006.

O mercado de boi gordo nunca precisou tanto de uma bússola como na atual conjuntura, e o mercado futuro sinaliza as expectativas dos agentes todos os dias, para um período de até 14 meses para frente. Além de superar a questão sanitária que se coloca para o País, entender a formação das expectativas e dos preços futuros e se posicionar adequadamente é o grande desafio da pecuária nesse momento. ■

¹ Diretor de Mercados Agrícolas da BM&F

² Economista da BM&F



Ligue 0800 770 88 81
e assine a publicação
que melhor
acompanha o
AGRONEGÓCIO

Seguro ambiental obrigatório

LUIZ AUGUSTO GERMANI *

Na Câmara dos Deputados, tramitam dois Projetos de Lei – PL 937/03 e PL 2313/03 – com o objetivo de proteger o meio ambiente por meio da contratação de seguro de responsabilidade civil por dano ambiental.

O primeiro é facultativo, mas estabelece condições para a concessão de licença ambiental vinculada à contratação do seguro. A obrigação de realizar auditorias para a verificação de passivos ambientais passará da administração pública para a iniciativa privada.

O segundo propõe a obrigatoriedade da contratação do seguro para o exercício de qualquer atividade econômica potencialmente causadora de dano ambiental, exercida por pessoa jurídica ou física, em zona urbana ou rural. É um requisito para expedição de quaisquer inscrições em órgãos públicos, provisões de registro, termos de vistoria, certificações de regularização e alvarás de funcionamento. Se o Projeto for convertido em Lei, todo o imóvel rural, para ser explorado economicamente, em qualquer atividade (agropecuária, turismo, lazer), deverá, anualmente, contratar um seguro de responsabilidade ambiental.

A cada vistoria ou inspeção, os órgãos públicos ambientais poderão exigir a apresentação dos comprovantes dos seguros que vigoraram desde a data da vistoria ou inspeção imediatamente anterior. O segurado será obrigado a apresentar a apólice atual, para comprovar o seguro em dia. Se a autoridade fiscalizadora encontrar um "vá-

cuo" de tempo na cobertura do seguro, poderá impor uma multa igual ao dobro do valor do prêmio anual, por ano ou fração de ano, na data de sua aplicação.

Sem cobrir multas e fianças impostas pela administração pública ambiental ao poluidor, o PL prevê que o seguro indenizará: danos pessoais (morte, invalidez e assistência médica suplementar) e ambientais (prejuízos aos recursos naturais) decorrentes de contaminação (por substâncias tóxicas e por resíduos não perecíveis ou de difícil deterioração), da exploração depredatória ou por acidentes.

A indenização será paga pela companhia seguradora, independentemente da existência de culpa ou dolo:

- à vítima do sinistro e, no caso de morte, ao cônjuge e herdeiros, no caso de danos pessoais;
- ao segurado (o produtor rural, por exemplo), que deverá empregar os recursos na reparação dos danos ambientais, na forma que estabelecerem os órgãos ambientais governamentais, e sob a supervisão deles.

O PL determina que qualquer debate judicial acerca de uma apólice de seguro ambiental deverá obedecer ao rito processual sumário, muito mais ágil na sua tramitação, e que, mormente, tende a "prestigiar" o contratante segurado, o que elevará, sem dúvida, o custo do risco moral.

Como consequência natural das inúmeras exigências e obrigações imputadas, as seguradoras tenderão a não disponibilizar o produto no mercado. Neste caso, como se resolveria a situação do produtor sem contrato de um seguro nos moldes estabelecidos pelo PL. Ele será obri-

gado a parar a atividade?

Por outro lado, se contratar um seguro ambiental, nos moldes estabelecidos pelo PL, não estaria ele contratando uma espécie de "salvo-conduto" contra prejuízos ambientais que viesse a cometer?

É mais um PL acima da realidade. Apesar do atrativo mercado (cerca de 3 milhões de segurados somente na área rural), a dimensão dos riscos a serem assumidos pelas companhias seguradoras o torna inviável.

O ideal será que as seguradoras desenvolvam seguros ambientais em conjunto com os potenciais segurados e os agentes públicos ambientais. Atualmente, todo empreendedor deseja preservar o meio ambiente, até como fator de valorização de seu produto.

Para o produtor rural, em especial, já existem possibilidades de serem desenvolvidos seguros ambientais, como prevenção contra riscos de danos; por exemplo: seguro contra incêndio em matas nativas. Já existe no mercado securitário um seguro para matas exóticas denominado "Seguro Flores-tas", que, até com certa facilidade, poderia ser adaptado para matas nativas, de reserva legal e de preservação permanente.

Assim, mesmo sem obrigação legal, é compensador prevenir contra responsabilidades objetivas, que podem ser imputadas pelo Judiciário, contra eventuais futuras negativas de crédito por seqüestro de carbono, e contra redução de preço de produto, por falta de sustentabilidade ambiental. ■

* Professor de Direito Agrário da FGV, e-mail: germani@germaninet.com.br



**ÍNDICES GERAIS E ÍNDICES
DE ACORDO COM O PERFIL
DE CADA EMPRESA.
ISSO SIGNIFICA O SEGUINTE:
VOCÊ TEM 100% DE CHANCES
DE MELHORAR OS RESULTADOS.**

Para a produção de índices de preços e indicadores econômicos, o IBRE dispõe de uma estrutura de pesquisa única no Brasil em dimensão e qualidade: 8 escritórios, localizados nas principais capitais, pesquisam preços para todas as unidades da Federação, tanto no varejo como no atacado. São coletados, mensalmente, cerca de 200.000 preços de produtos e serviços, com a colaboração de 15.000 empresas informantes.

Além de índices gerais, o IBRE desenvolve indicadores direcionados especificamente a um setor, atividade ou empresa.

Conheça todo o universo de indicadores do IBRE no nosso site.

Índices Gerais de Preços | Bancos de Dados | Levantamentos de Preços | Índices Setoriais | Pesquisas Qualitativas e Domiciliares | Pesquisas Empresariais

ACESSE GRÁTIS:
www.embrapa.br

INFORMAÇÕES SOBRE PESQUISAS E TECNOLOGIAS AGROPECUÁRIAS
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Dia de Campo na TV

Informações agropecuárias, agroindustriais
e florestais. Quem é do campo assiste.

Embrapa
Embrapa por você

Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento

